

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 28 DE MARÇO DE 2007

NÚMERO 5.702

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

PARTIDO DA FRENTE

LIBERAL

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1721
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 017ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 20/03/2007.....2

Publicações Diversas

Atas das Comissões
Permanentes20
Ofício.....21
Projetos de Lei.....21
Redações Finais.....24

PLENÁRIO

ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sérgio Grando - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO GENÉSIO GOULART (pela ordem) - Registra a presença de várias lideranças do sul do estado.

Breves Comunicações

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Aborda o programa do governo federal que cria o piso nacional do Magistério.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Refere-se ao programa do governo federal que cria o piso nacional do Magistério.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Registra a presença dos presidentes das Câmaras municipais de Saltinho e Três Barras.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Refere-se à necessidade de ampliação no atendimento oftalmológico dos hospitais Regional de São José e Celso Ramos.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Registra a presença de comitiva de Balneário Camboriú.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Tece comentários acerca do mutirão de cirurgias eletivas e dos equipamentos de telemedicina; comenta o investimento em saúde feito pelo governo do estado.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (aparte) - Reporta-se aos investimentos do governo do estado na saúde.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Refere-se aos investimentos do governo do estado na saúde.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Laguna e Imaruí.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a violência que assola a sociedade.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Aborda o aumento do preço do milho, em função de sua utilização para produção de etanol; relata golpe que vem sendo aplicado em nome da Brasil Telecom.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Manifesta preocupação com relação ao produtor de milho.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (aparte) - Registra o atendimento precário da Brasil Telecom com os consumidores.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Comenta sua mudança de partido; propõe moção que indica Affonso Guizzo Neto para fazer parte do Conselho Nacional de Justiça.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Apóia moção para indicar Affonso Guizzo Neto para fazer parte do Conselho Nacional de Justiça.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (aparte) - Concorde com moção para indicar Affonso Guizzo Neto para fazer parte do Conselho Nacional de Justiça.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença do prefeito municipal de São José do Cerrito.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Registra a presença de vereadores do município de Saltinho; reporta-se à interiorização do ensino superior em Santa Catarina e à criação e ampliação de cursos técnicos profissionalizantes.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Aborda a interiorização do ensino superior em Santa Catarina e a criação e ampliação de cursos técnicos profissionalizantes.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Refere-se à interiorização do ensino superior em Santa Catarina e à criação e ampliação de cursos técnicos profissionalizantes.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Comunica o falecimento do subtenente da reserva Carlos Alberto Malagoli.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Faz referência ao aniversário do município de São José; comenta a assinatura de convênio do governo do estado para realização de obras na SC-407.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Parabeniza São José pelo aniversário de 257 anos.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Parabeniza São José pelo aniversário de 257 anos.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (aparte) - Parabeniza São José pelo aniversário de 257 anos.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Reporta-se à presença do governador em exercício, Leonel Pavan, em inauguração de obra no município de Guaraciaba; refere-se a denúncias de Dejanir Dalpasquale a respeito de membros do governo.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Ressalta que o governo do estado deve apurar as denúncias feitas por Dejanir Dalpasquale.

Ordem do Dia

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Conforme Indicação n. 0107/2007, de sua autoria, registra o estado de abandono em que se encontra a serra do Rio do Rastro.

DEPUTADO JANDIR BELLINI (pela ordem) - Solicita permissão ao deputado Serafim Venzon para subscrever sua indicação acerca da construção de túnel ligando os municípios de Itajaí e Navegantes.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDO (pela ordem) - Manifesta-se favorável à indicação do deputado Serafim Venzon solicitando a construção de túnel ligando os municípios de Itajaí e Navegantes.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Solicita permissão para subscrever indicação do deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Faz alguns requerimentos verbais: a ser enviado ao secretário da Educação, parabenizando-o pelo seu aniversário; a ser enviado ao diretor-geral do Colégio Elias Moreira, parabenizando-o pelo seu aniversário; ao vereador Maurício Peixer, felicitando-o por ter assumido a secretaria do Desenvolvimento Comunitário de Joinville.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra presença do secretário municipal de Habitação de Joinville.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Faz um requerimento verbal, a ser enviado a todos os capítulos da Ordem DeMolay em Santa Catarina, cumprimentando-os pela passagem do Dia do DeMolay.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Solicita informação quanto ao horário da audiência pública em Navegantes referente à construção dos túneis imersos.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Cumprimenta o secretário Geovanni Nunes por estar visitando a Casa.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Como a sua moção e a de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, solicitando a indicação de Affonso Ghizzo Neto ao Conselho Nacional de Justiça, têm o mesmo teor, questiona se elas não poderiam ser transformadas em uma moção da Casa Legislativa.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Abstém-se de votar a moção do deputado Onofre Santo Agostini.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Comenta a não-indicação do nome de Hugo Biehl para o ministério da Agricultura; refere-se à manifestação de Dejanir Dalpasquale na eleição do presidente do PMDB.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDO - Aborda o incentivo para o plantio da araucária e da bracinga.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Comenta o incentivo para o plantio da araucária e da bracinga.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Refere-se ao incentivo para o plantio da araucária e da bracinga.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Reporta-se ao discurso de Dejanir Dalpasquale na eleição do presidente do PMDB.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Aborda a recondução de Eduardo Pinho Moreira à Presidência do PMDB; registra a realização da Festa da Cebola, em Ituporanga; refere-se ao encontro de vereadores realizado em Itajaí; aborda as barragens do Alto Vale do Itajaí; registra que o Centro de Informações e Recursos Ambientais está disponibilizando aos deputados a previsão do tempo.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Crítica colocações do deputado Joares Ponticelli sobre o governo do estado; aborda a reunião do PMDB para eleger seu presidente; refere-se ao Arrancadão Serrano de Caminhões; tece comentários a respeito do trevo construído na BR-282.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Reporta-se ao IV Quilômetro de Arrancada; aborda os uniformes escolares da rede pública de ensino.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Comenta a compra de uniformes escolares para a rede pública de ensino.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Refere-se às casas construídas pela Cohab em Santa Catarina; aborda a liberação de videoloterias em Santa Catarina.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimenta o deputado Jailson Lima pelo pronunciamento sobre a Cohab.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Aborda a liberação dos caça-níqueis.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra a presença do vereador Itanir Cesar Melo e do presidente da associação dos servidores do Instituto de Previdência, de Biguaçu.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Aborda a recondução de Eduardo Pinho Moreira à Presidência do PMDB.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Refere-se às declarações de Dejanir Dalpasquale na reunião do PMDB.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Reporta-se à eleição de Eduardo Pinho Moreira para presidente do PMDB.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Tece considerações a respeito de repasse de recursos ao Hospital São Donato, de Içara, feito pelo governador em exercício Leonel Pavan; aborda a festa de São José, em Criciúma; comenta o segundo ano de falecimento do radialista João Sônego.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Gostaria de registrar a presença nesta Casa do sr. Jorge Morais, presidente da União Catarinense Secundarista, que está fazendo a defesa contra a redução da idade penal e pela melhoria do passe escolar na capital do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Peça a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Genésio Goulart.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Sra. presidente, pedi a palavra para fazer o registro da presença nesta Casa de várias lideranças do sul do estado, que são as seguintes: secretário da SDR de Laguna, da 19ª secretaria, Pedro Rousseng; presidente da Câmara Municipal de Santa Rosa de Lima, vereador Rudnei Pacheco; vereadores Claudiomir Mendes, Afonso Kulkâm, Valdivino Lemnco; contador, Waldir da Silva; consultor da Câmara Municipal de Santa Rosa de Lima e assessor da Câmara Municipal de Tubarão, Luiz Antônio Cechinel; assessora jurídica da Câmara Municipal de Santa Rosa de Lima Evelyn Kuerten Limaco; assessora jurídica da Câmara Municipal de Santa Rosa de Lima e advogada de Tubarão, Ana Lúcia Lidório Mendes.

Sejam bem-vindos e fiquem à vontade nesta Casa. Muito obrigado pela presença!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Esta Presidência também agradece a presença dos ilustres visitantes no Parlamento catarinense.

Passaremos às Breves Comunicações.

A primeira oradora inscrita é a sra. deputada Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. integrantes da mesa, sra. deputada Ada De Luca, demais srs. parlamentares, amigos que nos prestigiam com suas honrosas visitas, amigos que em seus lares nos assistem, imprensa falada, escrita e televisionada, é muito bom vir hoje aqui falar sobre coisas que nos alegam, porque volta e meia usamos da tribuna para apontar equações, delitos, enfim, falar de coisas desagradáveis.

Mas hoje venho a esta tribuna para falar de alguém que ama o povo brasileiro, que tem amor ao próximo, que não está apenas sentado em uma cadeira para se apascentar, para beneficiar a si próprio ou a sua família. Venho falar do meu presidente Lula, com muito orgulho, com muita satisfação! E penso que hoje os professores estão aplaudindo e dizendo: 'que bom que o meu voto valeu.' Porque o presidente Luiz Inácio Lula da Silva até agora foi a única pessoa que honrou sua palavra com os professores, que olhou pelas nossas crianças, valorizando-as e investindo na educação.

Hoje venho para mostrar aos senhores a página 25, do *Diário Catarinense*, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Reajuste do magistério vai ao Congresso."

E quem é que manda? Alguém manda! Alguém está mandando para valorizar, alguém que ama as famílias brasileiras.

(Continua lendo.)

"O ministro da Educação, Fernando Haddad, disse ontem que o programa que cria o piso nacional do magistério será enviado ao Congresso até o fim deste mês. Ele afirmou que esse piso faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, o chamado de PAC Educação." [sic]

Os professores da rede pública já estavam desanimados. Os pais, no passado, tinham orgulho de dizer que a sua filha era professora, que o seu filho estava cursando o Magistério. Hoje, os pais têm repúdio! Hoje, os pais dizem aos seus filhos que busquem outras profissões. Mas esta deputada ainda acredita e tem orgulho de ser professora da rede pública.

Srs. deputados, o piso de um professor, hoje, é de quatrocentos reais e uns quebradinhos. Mas o nosso presidente está valorizando o professor e unificando o piso em todo o Brasil para aqueles professores lá do nordeste, do sertão do nordeste, de qualquer estado da nossa federação para R\$ 800,00. V.Exas. podem dizer que eu estou me empolgando muito por tão pouco. Não estou, porque ele está dobrando e os professores terão o seu piso salarial aumentado para R\$ 800,00! Claro que com contrato de 40 horas inicial, mas eles terão ainda as suas vantagens, mais a regência de classe, que é um percentual de 25% do que ele recebe, os triênios que os professores têm direito, além dos 2,5% das aulas excedentes.

Eu ainda digo a v.exas. que bom que finalmente um presidente está olhando para a educação, está valorizando-a, porque serão investidos mais nas nossas crianças de zero a dez anos, professor e deputado Sérgio Grando!

Nós sabemos que uma pessoa que faz um primário bem feito traz uma base forte e tem como tomar as suas decisões; é uma pessoa desinibida; é uma pessoa decidida; é uma pessoa que escreve com uma boa caligrafia e aí se faz entender. Então, eu tenho que parabenizar o nosso presidente da República!

Sinto-me orgulhosa, também, srs. deputados, de ter como vice-presidente da República José Alencar, do partido ao qual pertencem, o PRB. José Alencar e Lula fazem uma dupla que está dando certo, pois estão unidos em defesa do nosso Brasil!

O que me chamou a atenção aqui, segundo o secretário Fernando Haddad, foi o que o presidente salientou no programa de rádio *Café com o Presidente*. Numa segunda questão, Lula fez referência à valorização e à formação dos professores ou dos profissionais da área da Educação. Valorização mediante fixação do piso nacional do Magistério.

Então, srs. deputados, essa para nós é uma grande notícia, é algo que vem para sacudir a classe do Magistério, é algo que vem para abafar, porque há muito tempo não temos uma notícia dessas. Assim sendo, eu tenho que me empolgar com isso, deputado Onofre Santo Agostini, ex-presidente desta Casa!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito me honra conceder um aparte a v.exa.!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deus permita que o entusiasmo da ilustre deputada tenha efetivamente eco.

Mas eu estou curioso para saber se esse piso é para os professores da rede pública municipal/estadual ou só para a rede pública nacional.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - É para todos os professores do Brasil, é uma lei nacional, para todo o Brasil. Por isso que esta deputada está bem empolgada. Porque os professores vêm capengando.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Eu concordo com v.exa., mas eu estou com uma dúvida, deputada Odete de Jesus.

Eu comungo com o seu pensamento e Deus permita que isso seja verdadeiro, mas eu tenho dúvida se é para todos os professores, para que haja interferência na autonomia municipal e na autonomia estadual. É esta a minha dúvida!

Deus permita que v.exa. tenha razão. Tomara que seja uma decisão em nível nacional para todos os professores da rede municipal, estadual e federal. Tomara que seja assim. Eu não tenho certeza disso, mas a deputada Ana Paula Lima acena com a cabeça positivamente. Deus permita que isso seja verdadeiro e que o governo esteja fazendo justiça aos professores.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. deputado Onofre Santo Agostini, existe o plano de desenvolvimento da educação, com algumas medidas. O meu tempo é curtinho, mas amanhã darei continuidade a este assunto. O que eu posso afirmar a v.exa. é que hoje, graças a Deus, alguém está na Presidência da República valorizando não somente os professores, como também trazendo algo benéfico às famílias, porque investir na educação é investir na família; é tirar os bandidos e os traficantes da rua; é tirar das ruas as pessoas ociosas. Investir em educação significa amar o próximo, significa dar a vara e não somente o peixe na mão, pois assim eles irão buscar as soluções para os seus problemas. Investir em educação é abrir os horizontes. Um povo culto é um povo que vai atrás dos seus objetivos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sra. deputada Ana Paula Lima, enquanto o nosso ilustre deputado Serafim Venzon não chega à tribuna, eu quero fazer dois registros, com a permissão de v.exa. Primeiramente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do presidente da Câmara do município de Salinho, acompanhado de deputados municipais, e também do nosso ilustre presidente da Câmara de Vereadores do município de Três Barras, meu amigo Ernani Woglinaki, que veio aqui verificar o andamento desta Casa Legislativa. Nós, vereadores estaduais e eles, deputados municipais.

Em segundo lugar, deputado Serafim Venzon, eu quero informar que o deputado Sérgio Grando, que é um grande professor, nos orientou acerca de como vai funcionar esse tal de piso salarial dos professores que eu não tinha entendido. Não vai ser ferida a autonomia municipal e estadual porque o governo vai repassar esse recurso através do Fundef. Esse recurso será repassado ao município, que vai repassar também ao estado. Então, esse piso salarial de R\$ 800,00 será repassado através do Fundef aos municípios e ao estado. É realmente uma grande vitória do governo federal esse reconhecimento.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, eu gostaria apenas de complementar o que o deputado Onofre Santo Agostinho falou. Alguém olhou para a classe do Magistério! Alguém olhou e isso é louvável! Então, vou continuar sempre falando e dando ao meu presidente Lula nota dez.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, srs. deputados e sra. deputada, eu queria aqui colocar que na verdade a triplice instância governamental do Brasil, ou seja, a União, o estado e o município, cria, de certa maneira, três grandes instâncias de Poderes independentes. Isso, inicialmente, até parece uma coisa boa, mas na prática gera um problema grande. E essa questão que a deputada Odete de Jesus levantou, por exemplo, é um deles. Muitas vezes o professor municipal é vizinho do professor estadual, ou seja, eles moram um do lado do outro, isso pode acontecer, mas os salários são muito diferentes.

Com relação ao triplice comando, diríamos assim, em questões sociais, quero dizer que isso gera também sérios problemas à saúde. Hoje, o SUS é sustentado, teoricamente, por três grandes instâncias. Uma parte é do governo federal, que arca com mais ou menos R\$ 30 bilhões, outra parte é do governo do estado, que entra com 12% do seu Orçamento, e outra parte é dos municípios, que participam da saúde com 15% do Orçamento de cada Prefeitura. Acontece que isso não forma um único bolo. São três governantes na mesma área, mas, do ponto de vista prático, muitas vezes pode não surtir aquele efeito que nós todos gostaríamos.

Mas eu queria me dedicar hoje, aqui, a um serviço que Santa Catarina presta, ressaltando a deficiência, naturalmente, que existe em todas as áreas e destacando, principalmente, o empenho do governo em querer resolver essa questão e o empenho do secretário da Saúde Dado Cherem, que tem buscado, de todas as maneiras, solucionar as questões da saúde que são iguais e que se repetem em todos os cantos do nosso estado. E cada um deles precisa tomar uma atitude para resolver essa questão, mas muitas vezes eles não conseguem resolver isso apenas com uma decisão, com uma lei, com um investimento.

Eu quero destacar, aqui, um serviço extraordinário que acontece em Florianópolis. O Hospital Regional oferece, por exemplo, o serviço de oftalmologia, que funciona há mais ou menos 20 anos. Lá, há 15, 16 médicos oftalmologistas que atendem diariamente 300 pacientes por dia, aproximadamente, que são triados. E desses atendimentos decorrem 10 a 12 cirurgias por dia, que multiplicadas por 20 chega-se a 200, 240 cirurgias por mês ou mais de 2.500 cirurgias por ano. Esses pacientes são da Grande Florianópolis, mas o hospital também atende pacientes oriundos de qualquer canto de Santa Catarina.

Esse serviço de oftalmologia do Hospital Regional inclui ainda quatro médicos residentes, quer dizer, vaga para quatro médicos por ano. Como são três anos de residência, 12 médicos residentes estarão atendendo 24 horas por dia, fazendo as triagens e encaminhando para as cirurgias. E eles, juntamente com os professores, além de estarem num processo de formação, também atendem um volume, um número muito grande de pessoas que acorrem ao hospital.

Esse hospital inclusive tem um banco de olhos, sobre o qual todos nós ouvimos falar. E para o meu encanto e certamente de todos vocês, é o único banco de olhos de Santa Catarina. Esse banco não é

credenciado pelo Ministério da Saúde, pois ainda não recebeu autorização para isso, mas tem um dos melhores padrões do Brasil. Ele faz todos os procedimentos, só que ele tem de fazer gratuitamente, deputado Antônio Aguiar. Pelo fato de não estar credenciado, o hospital faz o procedimento, porém, não pode cobrar. E isso, evidentemente, vai gerando uma deficiência financeira. Mas eu acho que o governador não sabe disso.

Então, esse é um serviço que hoje Santa Catarina oferece. O Hospital Regional tem mais ou menos 20 anos, mas há 15 anos o Hospital Governador Celso Ramos também implantou esse serviço de oftalmologia, hoje coordenado pelo dr. Ernani Garcia, que inclusive tem feito caminhadas pelo estado afora fazendo triagem de pacientes que precisam do procedimento oftalmológico, que precisam fazer essa cirurgia ou de lentes de correção da refração, que depois são atendidos aqui.

No serviço de oftalmologia do Hospital Celso Ramos há 12, 13 médicos-professores; há ainda três vagas para residentes todos os anos, e como a residência é de três anos, dá um total de nove médicos residentes. Esse serviço também atende uma faixa de 300 a 320 pacientes por dia. São operados mais de 10, 12 pacientes ao dia que, somados por mês, dão em torno de 200, 250 cirurgias, e, somados por ano, dão em torno de 2.500 pacientes beneficiados pelas cirurgias, sejam cirurgias do vítreo, a vitrectomia, a cirurgia da catarata, a cirurgia do transplante de córnea, enfim, cirurgias maiores que não são feitas em lugar nenhum do Brasil e do mundo, mas que são feitas em Florianópolis, seja no Hospital Governador Celso Ramos ou no Hospital São José.

Srs. deputados, Criciúma, mesmo que seja uma cidade pólo, mesmo que já tenha feito cirurgias cardíacas, não faz cirurgia do olho. Os pacientes de lá são transferidos aqui para o Hospital Regional de São José ou para o Hospital Celso Ramos. Os municípios de Lages ou de Chapecó, que têm grandes profissionais de todas as áreas, inclusive em oftalmologia, assim como os de Blumenau, Itajaí, Joinville, mandam os pacientes para cá.

Sendo assim, há necessidade de aumentarmos os serviços que os dois hospitais prestam, o serviço de oftalmologia dos dois hospitais, que é extraordinário e que, somados, atendem mais de cinco mil pacientes por ano.

Cabe, sra. presidente, defendermos aqui a construção de um instituto de oftalmologia, e além da construção desse instituto, de uma forma emergencial, talvez devêssemos centralizar o fornecimento de equipamentos e de materiais a serem utilizados. Que a secretaria de Saúde centralize essa distribuição, mas que permita a ampliação dos dois serviços importantes para a Grande Florianópolis, especialmente importante para o estado de Santa Catarina, porque infelizmente o serviço de oftalmologia, mesmo tendo grandes profissionais espalhados pelo estado, são mais de 250 médicos oftalmologistas que temos no estado e mais de 150 estão espalhados por Santa Catarina, mas somente em Florianópolis existe esse serviço público em hospital próprio do estado. Por isso precisamos ampliar esses dois serviços e talvez criar urgentemente um instituto de oftalmologia.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Gostaria de registrar a presença de uma comitiva do município de Balneário Camboriú, do meu amigo de infância João Rogério, do Hamilton, que é o supervisor da Celesc, o sr. Odir Barni e Oberdam Barni.

Da mesma forma, quero registrar a presença dos vereadores de Balneário Camboriú que aqui estiveram e já voltaram para o município, do Claudir Maciel e Fábio Francisco Flôr.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Esta Presidência dá as boas-vindas a todos os senhores ao Parlamento catarinense.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e catarinenses que nos assistem pela TVAL.

(Passa a ler.)

"A secretaria de estado da Saúde e os 293 municípios catarinenses estão organizando um mutirão de cirurgias eletivas para os próximos meses, com investimento de R\$ 6,6 milhões em recursos disponibilizados pelo ministério da Saúde. Se fossem recursos maiores, talvez fossem feitas maiores cirurgias. Esse recurso é do governo federal.

Devem ser realizadas mais de 16 mil cirurgias, incluindo 68 diferentes tipos de procedimentos, que vão desde cirurgias de catarata a retinoplastias. A previsão é que 70% dessas intervenções sejam realizadas no prazo de seis meses.

Este é o terceiro mutirão de cirurgias autorizado em Santa Catarina. No primeiro foram atendidos 6.500 pacientes. No segundo o número de pessoas atendidas passou de 20 mil.

De outra parte, o governador do estado em exercício, Leonel Pavan, e o secretário da Saúde Dado Cherem, entregaram ontem e estão entregando nesta terça-feira, equipamentos de telemedicina que permitem ligar São Lourenço do Oeste e Içara, um município do oeste e outro do sul, à rede de laudos a distância, da saúde pública catarinense.

A disponibilidade desses equipamentos é mais um passo para a concretização das metas da secretaria da Saúde, que prevê a implantação da telemedicina em 43 cidades ainda no primeiro semestre deste ano.

A telemedicina chegou a nosso estado em 2005. Na ocasião, o resultado do eletrocardiograma digital de um paciente de Quilombo foi enviado via internet para a central do projeto, aqui em Florianópolis, para que um especialista oferecesse um laudo confiável sem que aquele paciente precisasse se deslocar até um centro de referência em alta complexidade.

Atualmente 24 cidades catarinenses já são beneficiadas com a telemedicina, que permite a divulgação do laudo em até 7 horas. E o sistema permite a realização de eletrocardiografias, tomografias computadorizadas, exames de medicina nuclear e ressonância magnética, numa verdadeira descentralização dos atendimentos na área da saúde.

Milhares de pessoas não precisam mais se deslocar até esta capital para realizar um exame, o que reduz custos para o estado, agiliza os atendimentos e dá mais conforto aos pacientes.

Caros colegas parlamentares, estou aqui trazendo algumas boas notícias recentes na área da saúde, para dar uma dimensão de ações positivas do governo que merecem ser melhor avaliadas pelos catarinenses que nos assistem.

Na semana passada o governador Leonel Pavan entregou postos de saúde no extremo-oeste do estado, e anunciou recursos para os hospitais Santo Antônio e Santa Isabel, de Blumenau, totalizando mais de R\$ 1 milhão para custeio e manutenção.

Nós últimos quatro anos o estado investiu quase R\$ 12 milhões somente no Santo Antônio, o mais importante hospital do vale, principalmente para custeio e manutenção.

O hospital Santo Antônio recebeu recursos para aquisição de equipamentos da UTI Neonatal e reforma de sua UTI, e no Santa Isabel foram investidos R\$ 3 milhões, aplicados na reforma e aquisição de equipamentos da UTI, compra de Arco cirúrgico, Tubo de Raios-X, Pastilha de Cobalto e programas de informática para controle de patrimônio e área financeira.

No vale e no alto vale, em Blumenau, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Gaspar, Indaial, Rio dos Cedros, Rodeio, Pomerode e Timbó, só para exemplificar, o estado investiu mais de R\$ 22 milhões desde 2003 em hospitais, unidades de saúde, postos, equipamentos e convênios.

Estou citando investimentos recentes, fornecendo dados de uma região que não é a minha, o planalto norte, mas poderia citar o investimento feito no hospital de Rio Negrinho, ou também a construção do Hospital Regional do Extremo-Oeste, em São Miguel d'Oeste e a ressonância magnética no nosso município de canoinhas."

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Nobre deputado, desejo cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz e dizer que falar mal da saúde é muito fácil, por isso precisamos mostrar a este Parlamento e a Santa Catarina, os grandes investimentos que o governador Luiz Henrique da Silveira vem fazendo, não só na descentralização administrativa, mas principalmente na descentralização da saúde, um belíssimo trabalho feito através do seu secretário de estado da Saúde, Dado Cherem.

Em Brusque, como fui vice-prefeito por seis anos, sou testemunha dos grandes investimentos que o governo do estado está realizando na minha cidade, no Hospital Azambuja, onde estamos construindo também um centro de imagem com tomógrafo e ressonância magnética.

Cumprimento v.exa. por mostrar aquilo de bom que Santa Catarina tem na saúde para os catarinenses.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Nobre deputado, desejo cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz, pois está levantando questões altamente produtivas, viáveis, mostrando o que o governo do estado está fazendo em Santa Catarina.

É muito fácil vir aqui criticar. Agora, v.exa. está apresentando fatos reais de investimento. Por exemplo, o hospital de Araranguá recebeu do governo um tomógrafo no valor de R\$ 800 mil. São investimentos reais na saúde em Santa Catarina.

V.Exa. traz um tema muito importante já abordado pelo eminente deputado, ou seja, a questão da descentralização da saúde, que é um fato real, é evidente.

Às vezes as pessoas não enxergam quando não querem para poder criticar. Mas a verdade é que o investimento está aí. Por isso é que temos de cumprimentar o governo do estado, a secretaria da Saúde e v.exa., que levanta este tema tão importante.

Parabéns, deputado, por apresentar um tema tão importante para toda a região do oeste catarinense, como também para nós aqui do sul.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Agradeço a intervenção do líder da bancada. (Continua lendo.)

"O estado, contudo, também investe em ações preventivas que merecem destaque, pois Santa Catarina preocupa-se com seus jovens.

Em nosso país existem mais de 54 milhões de jovens na faixa entre 10 e 24 anos, um contingente de pessoas que representa 30% da nossa população, conforme números oficiais da Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação.

Por isso, e com apoio também da rede estadual de Educação, que abriga 62% desses adolescentes e jovens, está em desenvolvimento uma campanha de ações que visam à prevenção e promoção da saúde, para reduzir a vulnerabilidade dos jovens a infecções como as do HIV e de outras doenças sexualmente transmissíveis, bem como para evitar a gravidez não planejada.

São ações conjuntas entre o Ministério da Educação, Unesco e a Secretaria de Educação, que fazem parte do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas.

O objetivo é orientar jovens alunos para uma vida sexual saudável e responsável, através da apropriação de conhecimentos científicos.

A divulgação se dá a partir da capacitação e formação de orientadores nas Gerências Regionais de Educação e depois com a capacitação de profissionais nos municípios, que inclui professores, diretores de escolas e pais de alunos, todos para atuarem como multiplicadores junto aos estudantes e à comunidade.

Entre as linhas de ação dos grupos gestores está a identificação de escolas que apresentem condições favoráveis à disponibilização de preservativos para os jovens.

É uma ação que gera controvérsias, inspira debates, mas o objetivo é merecedor de elogios do ponto de vista da saúde e da educação dos jovens.

Se a comunidade escolar julgar importante a distribuição de camisinhas numa unidade escolar, o procedimento poderá ser adotado. Caso contrário, a distribuição continua nos postos de saúde de cada município.

É bom levarmos em conta que ao discutirmos gravidez precoce e transmissão de doenças nas relações sexuais, estamos falando objetivamente de problemas que influem no futuro dos nossos jovens e até na inserção deles no mercado de trabalho.

O objetivo é reduzir números alarmantes que refletem, por exemplo, o aumento da gravidez precoce, além de casos de doenças transmissíveis pelo contato sexual, como a AIDS, que em setembro de 2003 já atingia, no Brasil, uma população superior a 55 mil jovens menores de 24 anos.

Então, catarinenses que nos assistem, fica claro que o estado investe na Saúde e desenvolve ações preventivas nesta área, também ligadas à Educação, colocando em prática políticas de descentralização por toda Santa Catarina e para o bem da nossa comunidade."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sra. presidente, gostaria de registrar a presença do secretário Regional de Laguna, da 19ª SDR, sr. Pedro Roussenq e do Vereador Everaldo dos Santos, também de Laguna e dos vereadores de Imaruá Custódio João Cardoso, presidente da Câmara e Vanderlei Cunha.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Esta Presidência também dá as boas-vindas aos senhores.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito boa-tarde, sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, servidores desta Assembléia Legislativa, pessoas que nos acompanham aqui, ao vivo, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC.

Vim aqui, hoje, falar de um assunto ou retomar um assunto, já que esse tema tem sido uma constante neste microfone, que é a questão da violência que assola a nossa sociedade. Começamos pela situação do Rio de Janeiro, onde tem sido amplamente noticiada pelos meios de comunicação a ocorrência corriqueira de assassinato de policiais militares e civis, principalmente de policiais militares. Só neste ano de 2007, nesses menos de três meses, no estado do Rio de Janeiro foram assassinados 38 policiais, sendo seis civis e 32 militares.

E é preciso registrar que isso não tem acontecido em ocorrências policiais, onde a polícia é chamada para coibir um assalto, o tráfico de drogas ou tráfico e uso de armas. São execuções sumárias, decididas, planejadas e executadas pela bandidagem daquele estado.

Naturalmente que é uma situação que preocupa, porque também a sociedade de Santa Catarina tem herdado as formas, os *modus operandis* e a folga com que a marginalidade tem se comportado. Fenômenos ocorridos no Rio de Janeiro e São Paulo há uma década, hoje são realidade nas nossas cidades, não só nas grandes como nas de porte médio e inclusive, pequenas.

Então, é preciso que nos atenhamos a esses fatos, que se busquem logo soluções para enfrentar esse problema de forma preventiva, que se reforcem as condições do estado e dos órgãos de segurança, Polícia Militar, Polícia Civil, sistema prisional e também o Corpo de Bombeiros, para que na sociedade catarinense essa situação não chegue a tal ponto.

Quero retomar, também, aquela ocorrência na cidade de Joinville, onde uma criança, uma menina de um ano e meio foi estuprada e assassinada, e em torno de uma semana depois foi preso o autor desse crime. Confesso que ao ler sobre o assunto na imprensa do nosso estado eu não compreendia, deputado Elizeu Mattos, e até conversávamos na semana passada, a forma como a ocorrência, como a investigação da ocorrência do fato tinha se desenvolvido para que a Política Civil chegasse até aquela pessoa, o verdadeiro autor do crime. Estava até suspeitando, embora não tivesse falado, porque é temerário falar nesses assuntos sem nos aprofundar nele, mas desconfiava da possibilidade de um bode expiatório, uma vez que a história não tinha pé e nem cabeça, ou tinha cabeça, mas não tinha pé.

Após uma semana, depois de uma outra pessoa ter ficado presa durante três dias, chegou a informação de que a iniciativa decisiva para a prisão do autor do crime foi de um informe de um policial militar da cidade de Canoinhas, o soldado Aldo Jaison de Souza, que sabendo da ocorrência de Joinville percebeu a presença extemporânea naquela cidade do dito elemento e informou o 3º batalhão em Canoinhas, que passou para o 8º batalhão em Joinville, até que a Polícia Civil soube e investigou os fatos.

Então, é preciso fazer esse registro, principalmente para voltarmos a uma situação onde é preciso mudar o regulamento do policial militar. É preciso que seja mudado o regulamento dos militares estaduais, no sentido de permitir que todos os policiais militares, todos os servidores do estado, inclusive os militares, policiais e bombeiros, tenham o direito de se manifestar e de falar para a imprensa a respeito de assunto de interesse público e da sociedade em geral, o que não é fato até hoje.

Para os senhores terem uma idéia, esses episódios acontecem, e isso é um absurdo, porque desestimula o trabalho e impede a maioria do efetivo policial do estado, que são militares, de desenvolver bem a função, uma vez que, inclusive para elogiar o chefe numa entrevista para a imprensa, por exemplo, ele tem que pedir permissão para o chefe. Essa situação é absurda, precisa ser mudada e nós continuamos conclamando pela mudança do regulamento disciplinar dos militares estaduais de Santa

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

A SRA. PRESIDENTE (ANA PAULA LIMA) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados e sras. deputadas, faço uso da tribuna para manifestar dois assuntos que considero de grande relevância para Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Esperança para Produtor Rural, Produtor de Milho

Biocombustíveis elevam o preço do grão

A perspectiva de aumento de consumo do etanol nos Estados Unidos trouxe expectativa para os produtores catarinenses de milho. Em visita ao Brasil na sexta-feira, o presidente americano, George W. Bush, assinou com o Luiz Inácio Lula da Silva um protocolo de intenções para aumentar a produção de biocombustíveis, como o etanol. Nos EUA, a produção de álcool é feita a partir do milho, e o aumento na demanda das usinas americanas vai pressionar o preço internacional do grão.

O setor se recupera dos efeitos da estiagem e do preço baixo do milho no ano passado, quando chegou a despencar, em abril, para R\$ 12,00 por saca de 60 quilos. Hoje, custa em média R\$ 17,80. 'O preço do milho começa a ter influência do mercado externo. Quando há boa demanda, o mercado internacional puxa o preço para cima. Isso já repercutiu em Santa Catarina', afirma o engenheiro agrônomo Simão Brugnago Neto, do Centro de Estudos de Safras e Mercados da Epagri.

Neste ano, a área plantada diminuiu em relação à safra de 2006, mas a produtividade será mais expressiva. 'Plantamos 705 mil hectares, 5% menos do que em 2005. Mas a safra será 25% maior, está cotada em 3,6 milhões de toneladas', avalia Simão. O estado tem um déficit de 1,3 milhão de toneladas do grão por conta do alto consumo da suinocultura. Por isso, os produtores vão preferir, a princípio, o mercado interno. 'Mas mercado é mercado. Se o preço estiver melhor para exportação, o produtor deve se voltar para os Estados Unidos', diz.

A conjunção boa oferta e bom preço, pela qual o milho passa, é rara na agricultura. Resulta de especulação de investidores estrangeiros, afirma o vice-presidente da Federação da Agricultura de Santa Catarina (Faesc), Enori Barbieri. 'A hora é de comprar insumos, que estão baratos, mas vão encarecer na safra que vem'. [sic]

Aqui vem duas vertentes, deputado Onofre Santo Agostini. A vertente positiva, pelo fato de o produtor se sentir mais valorizado, o produto com agregação para poder exportar. Mas, por outro lado, a produção de frango e de suínos deve sofrer alguma baixa, em função do alto custo do insumo, que é o milho utilizado para a produção de suínos e frangos.

Penso ser uma notícia extremamente positiva, mas que requer, com toda certeza, atenção especial do governo para que daqui a pouco não venha a ocorrer um desmonte das matrizes da produção de suíno no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Valmir Comin, com relação ao nosso agricultor, infelizmente é sempre aquela história: se ficar o bicho come e se correr o bicho pega. Quer dizer, quando produz tem problema no preço. Agora que o preço vai ser elevado, o nosso agricultor enfrenta outras dificuldades.

Mas eu cumprimento v.exa. e espero que Deus permita que o tempo ajude o nosso agricultor a produzir bastante milho para que ele possa, efetivamente, defender os interesses da sua região.

Há pouco, em conversa com dois vereadores no meu gabinete, da região agrícola, nós comentávamos a dificuldade que o pequeno, o médio e o grande agricultores estão enfrentando. Deus permita que o preço do milho cresça bastante, mas que haja bastante produção!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

Agora vou falar de um assunto que me causou uma grande preocupação. Fui visitado no meu gabinete por uma senhora que me trouxe uma reclamação com relação à empresa de telefonia Brasil Telecom. Essa senhora, Rosângela Raquel Quarth, teve uma média de gasto com o consumo de telefone, entre janeiro, fevereiro e março, de R\$ 69,22. Acontece que no mês passado ela recebeu uma ligação de determinada pessoa dizendo que a sua linha telefônica estava com problemas, colocando-se como técnico da Brasil Telecom e dizendo que ela deveria proceder de tal forma: discar o zero mais o asterisco e o jogo da velha - o quadradinho. E na sua lábia também convenceu essa senhora a dizer-lhe qual o número do seu contrato. Pois bem, resultado da situação: passado algum tempo, ela recebeu a fatura e, no espaço que vinha o valor, em média, de R\$ 69,22, o valor passou para R\$ 11.481,34. Vejam bem a preocupação, srs. deputados, e o grau de vulnerabilidade que existe na telecomunicação deste país! E a maioria dessas ligações foi para o telexexo, com telefonemas ao Rio de Janeiro. Discaram o 041, depois 2191521046. Quantos milhares de cidadãos e cidadãs brasileiras estão sendo lesados por esse episódio?!

Sra. presidente, queremos fazer um apelo a v.exa. e aos srs. deputados para que possamos fazer o encaminhamento de uma moção à Brasil Telecom e também ao Ministério Público Estadual e Federal, porque isso é de uma gravidade sem precedentes. Quantos milhares de cidadãos e cidadãs são lesados e que, na sua maioria, não recorrem dos seus direitos, não vão até a empresa fazer a reclamação para serem ressarcidos desses malefícios praticados por essas pessoas que se utilizam desse subterfúgio para lograr a fé do cidadão brasileiro.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Deputado, parabéns pelo seu pronunciamento muito importante para o nosso estado de Santa Catarina.

Deputado, devo dizer que essas pessoas até recorrem, mas não encontram respaldo porque lá um jogo para o outro igual a uma peteca. Eles não nos deixam conversar com o superintendente, é uma verdadeira bagunça, uma baderna, deputado! Podemos afirmar isso porque já sabemos de vários casos. Eu também já tive problemas, a minha assessoria ligou reclamando, mas lá ninguém resolveu nada!

Creio que foi muito inteligente da sua parte a idéia de nós nos mobilizarmos. Nós, os 40 parlamentares, temos que colocar um basta nessa bagunça, porque em todas as empresas é um descaso total! Eu incluo todas as empresas!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sra. presidente, reitero aqui o pedido para que se envie um expediente à Brasil Telecom para que tome providências imediatas com relação a esse episódio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o deputado Onofre Santo Agostini, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, e srs. deputados, v.exa., ao me conceder a palavra, anunciou o Partido da Frente Liberal, mas será só até o próximo dia 28, pois daí seremos Partido Democrata. Lá nos Estados Unidos, nós somos contra o Bush, que é do Partido Republicano. E parece-me, deputada Ana Paula Lima, que será a primeira vez na história dos Estados Unidos que uma mulher vai governar aquele poderoso país. E será através do nosso partido, o Partido Democrata.

Mas, srs. deputados e sras. deputadas, venho hoje à tribuna para falar sobre uma moção que eu elaborei. E verificando a relação das matérias que serão votadas no dia de hoje, observei que o deputado Pedro Baldissera também fez uma moção igual a minha, e há pouco o deputado Sargento Amauri Soares pediu autorização para assiná-la.

Tenho certeza, deputado João Henrique Blasi, de que não será uma moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini nem do deputado Pedro Baldissera nem do deputado Sargento Amauri Soares, e sim de Santa Catarina, deste Parlamento, indicando o jovem promotor público Affonso Guizzo Neto, um inteligente e revolucionário promotor público, para fazer parte, como representante do Ministério Público, do Conselho Nacional de Justiça.

Trata-se de um catarinense do sul do estado, hoje lotado na comarca de Joinville, que tem um currículo extenso, deputada Odete de Jesus. V.Exas. devem lembrar dele, já que é sobrinho da Jane Ghizzo e do Antônio Eduardo Guizzo, que foi procurador desta Casa. Inclusive, Affonso Guizzo Neto é autor de vários livros e defendeu várias teses - e o seu currículo faz referência a isso.

Deputado Valmir Comin, v.exa., que tanto conhece a família Guizzo do sul do estado, sabe que se Santa Catarina tiver lá no Conselho Nacional de Justiça um representante do Ministério Público - e só haverá uma vaga para todo o país -, será um grande privilégio. Já pensou, deputado Pedro Baldissera, se nós conseguirmos emplacar o catarinense Affonso Guizzo Neto! Sem dúvida nenhuma, será uma honra muito grande para Santa Catarina, porque ele vai fazer parte de um conselho muito importante em nível nacional.

Por isso proponho aos deputados Pedro Baldissera, Sargento Amauri Soares e a esta Casa - e, de modo especial, a v.exa., deputada Ana Paula Lima, que preside esta sessão -, com a concordância de todos os deputados, fazermos uma moção de autoria da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Se houver a concordância, tenho certeza de que isso fortalecerá, sem dúvida nenhuma, essa nossa indicação. Porque nem eu nem o deputado Pedro Baldissera temos o objetivo de aparecer como autores. Nós temos o objetivo é de que Santa Catarina tenha no Conselho Nacional de Justiça uma pessoa moderna, inteligente, enfim, um promotor público que realmente honre essa categoria e a Justiça de Santa Catarina. Que bom seria, deputado Sargento Amauri Soares, se lá estivesse o Affonso Ghizzo Neto!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, é uma satisfação poder falar deste assunto, parabenizá-lo pelo seu empenho e dizer que, embora tenha conhecido há pouco tempo o promotor Affonso Guizzo Neto, de fato ele é um jovem promotor do estado de Santa Catarina que, com certeza, irá engrandecer o nosso estado, se tiver assento no Conselho Nacional de Justiça. E como só haverá um promotor de primeira instância nesse conselho, é fundamental e importante que toda Assembléia Legislativa abrace essa causa em nome do estado de Santa Catarina.

Parabéns pelo seu pronunciamento e pela sua defesa. E nós estamos somando-nos a ela!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Tenho a certeza, deputado Sargento Amauri Soares, de que o Affonso Guizzo Neto, sem dúvida nenhuma, não vai decepcionar Santa Catarina, se por uma felicidade nós conseguirmos que ele seja escolhido pelo presidente da República, pela Procuradoria-Geral da União. Digo isso porque nosso estado tem uma alegria enorme na Justiça. Nós já temos lá o dr. Rodrigo Collaço, que é o presidente nacional da Associação dos Magistrados Brasileiros, que tem feito um trabalho extraordinário em Brasília. Deputado João Henrique Blasi, se o Affonso Guizzo tiver essa felicidade, nós, sem dúvida, teremos um grande prazer.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não, deputado!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputado Onofre Santo Agostini, tem razão v.exa. quando destaca o papel importante que o dr. Rodrigo Collaço vem desempenhando à frente da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Também quero me associar à moção de v.exa. e pedir vênua para subcrevê-la, no sentido de que nós possamos indicar um eminente membro do Ministério Público para, quem sabe, por que não, fazer parte do Conselho Nacional de Justiça, uma vez que desenvolve um trabalho importante em Santa Catarina. Há uma campanha anticorrupção capitaneada por ele, e quero crer que o nosso estado estará muito bem representado, se tiver a possibilidade de ser ele o indicado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu agradeço a manifestação de todos. Pelo que eu tenho notado, será uma manifestação desta Casa, desde que a ilustre presidente assim concorde com o nosso pedido para que seja uma mensagem da Assembléia Legislativa de Santa Catarina a ser enviada ao presidente da República e à Procuradoria-Geral da República, indicando Affonso Guizzo Neto como membro do Conselho Nacional de Justiça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, gostaria de registrar a presença do nosso prefeito de São José do Cerrito, Ruy de Amorim Ortiz, que, acompanhado de seu secretário, hoje nos dá a honra de estar visitando a Casa. É a nossa região mais uma vez aqui presente!

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Esta Presidência agradece a visita do prefeito e do secretário municipal de São José do Cerrito.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Herneus de Nadal, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sra. presidente, sra. deputada e srs. deputados, de início, aproveito o ensejo para também registrar a honrosa presença dos srs. vereadores de Saltinho, que estão na capital do estado cuidando de interesses daquele município e da própria Câmara Municipal. Tivemos a alegria e a satisfação de recebê-los em gabinete hoje, pela parte da manhã, colocando-nos ao inteiro dispor daquela comunidade.

Mas venho à tribuna, na tarde de hoje, para fazer considerações, embora eu possa tornar-me insistente, mas na persistência é que se consegue avançar na grande maioria dos nossos objetivos. E por isso mesmo, nesta tarde, volto a abordar um assunto extremamente importante para o desenvolvimento socioeconômico de nosso estado, depois de um debate realizado, na noite de ontem, com o reitor da Udesc, com o vice-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina e com o presidente do Conselho Estadual de Educação, sobre a interiorização do ensino superior no estado de Santa Catarina e sobre a criação e a ampliação de cursos técnicos profissionalizantes.

A cada dia e a cada momento que passa constatamos que no estado de Santa Catarina a oferta de vagas, através das universidades oficiais, nos cursos de graduação, infelizmente, fica em desvantagem quando comparada com as oportunidades oferecidas por outras unidades da federação.

Srs. deputados, afirmações feitas durante o debate, na noite de ontem, mostraram-nos que Santa Catarina, nos cursos de graduação, oferece dez mil vagas através da Udesc e oito mil vagas através da Universidade Federal de Santa Catarina. Isso significa dizer que nosso estado, nos cursos de graduação, através das universidades do estado e federal, oferece única e exclusivamente 18 mil vagas. As outras vagas, logicamente, são dos cursos de pós-graduação, doutorado e outros. Esse número é extremamente preocupante e por isso mesmo, junto com os integrantes do fórum parlamentar, precisamos dobrar o nosso trabalho, a nossa determinação, colocar toda a nossa energia para reverter esse tratamento que é extremamente desigual para com o nosso estado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Deputado Serafim Venzon, v.exa., que tem sido um defensor constante, firme, determinado para que possamos gerar oportunidades, viabilizar a gratuidade para acesso de tantos e tantos talentos, é exemplo dos demais integrantes do nosso fórum da Assembléia Legislativa, da sociedade catarinense e tem um papel importante a desempenhar. Por isso, é com satisfação que ouço a manifestação de v.exa.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Herneus de Nadal, presidente deste fórum, foi v.exa. quem iniciou esse trabalho dentro desta Casa, cujo objetivo primordial é justamente oferecer ao jovem catarinense mais oportunidade para que ele siga em frente e encontre, através da universidade, uma melhoria na qualidade da sua vida.

Essa expectativa, essa visão todos os jovens têm! Ocorre que essa porta está fechada para eles e por isso esse trabalho passa a ser tão importante porque temos que encontrar - enquanto o governo não acha o caminho ou talvez até saiba qual é o caminho - meios de investir maciçamente na criação de novas vagas. Mas imagine v.exa. o que custaria se permitíssemos que 170 mil catarinenses pudessem cursar a faculdade? Seriam dez vezes os investimentos que hoje são gastos na Udesc e na Universidade Federal de Santa Catarina. Vejam que é um investimento difícil.

Srs. deputados, hoje o brasileiro pode comprar o que quiser à prestação: compra camisa, sapato, carro, que pode pagar até em 20, 30 vezes; compra apartamento, que paga até em 100 ou 200 vezes. Agora, se quiser estudar e seguir um caminho que lhe dê oportunidade para um dia ganhar melhor na vida, tem que pagar à vista, ou melhor, tem que pagar adiantado porque se não pagar não recebe o diploma.

Então, vamos ter que encontrar uma forma auto-sustentável de a própria sociedade bancar isso. Imagino que seria através da criação de um custo médio universitário, mudando os conceitos e cobrança porque hoje também mudou o conceito de propriedade. Há 30, 50, 100 anos o que era uma propriedade? Era uma carroça, um cavalo, uma junta de boi ou um pedaço de terra. Hoje, a propriedade não é só isso, é muito mais e certamente a nossa maior propriedade é um diploma. Então, temos que lutar para permitir que tantos catarinenses possam ter essa propriedade nova, essa propriedade que realmente tem valor para ganhar melhor a sua vida.

Quero aprovar essa iniciativa e incentivá-lo para que mais deputados, não só os que já estão engajados nessa luta, como também toda a sociedade venha a se somar para encontrarmos uma alternativa para tantos jovens que precisam.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Muito obrigado pelo aparte, nobre deputado.

Quero procurar um exemplo que possa servir para que tenhamos um alento e para darmos continuidade a essa caminhada que empreendemos. A BR-282, que estava paralisada e que depois de um esforço hercúleo do fórum parlamentar catarinense, das autoridades do nosso estado, feito conjuntamente com os nossos representantes do Congresso Nacional, com idas ao Tribunal de Contas da União, com várias iniciativas do próprio Ministério Público, conseguimos fazer com que fossem retomadas a suas obras.

Desta forma, Santa Catarina precisa, de uma forma a não deixar nenhuma dúvida, eleger como prioridade das prioridades a condição de oferecer mais vagas e mais oportunidades aos nossos filhos, aos estudantes que querem frequentar uma universidade.

Nós temos um problema que é histórico, parece-me que não vem de hoje, pois somos o único estado do sul do país que tem uma única universidade federal. Precisamos seguir o exemplo do estado do Rio Grande do Sul, que já está com cinco universidades federais; do Paraná, que conta com duas; ou de Minas Gerais, no sudeste, que conta com mais de uma dezena de universidades federais. Por isso precisamos, srs. deputados, da parceria e da contribuição de todos para viabilizar o atendimento a essa necessidade que é premente em nosso estado.

Noticiava-se há alguns dias, através da grande imprensa do estado de Santa Catarina, que teríamos o anúncio, na cidade de Chapecó, concomitantemente com a instalação do pólo de ensino de educação à distância, da Universidade da Mesorregião do Mercosul, para atender 381 municípios do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Ora, Santa Catarina possui 293 municípios; essa universidade atenderia uma região maior do que a do estado de Santa Catarina. É importante que tenhamos a Universidade da Mesorregião do Mercosul. Mas, convenhamos, ainda não é o suficiente. E nos bastidores já comentam que essa idéia está começando a ser deixada de lado e que, na verdade, não passou de um anúncio através da imprensa, mas que não está confirmada.

Por isso mesmo, encaminhamos, através do fórum, um pedido de informação para que o Ministério da Educação nos posicione sobre os investimentos que serão realizados em 2007 e nos anos posteriores na educação superior, através da esfera federal em nosso estado.

Quando faço essa manifestação, não me reporto a um governo, até porque nenhum de nós que integra o fórum quer partidizar essa reivindicação, que é um pedido e um pleito de todos os srs. deputados e de toda a sociedade. Por isso não pode ser partidizada, até porque esse problema da falta de investimentos no ensino superior em Santa Catarina por parte da esfera federal não é deste governo, não é de dois ou três governos, mas é de 50 anos para cá. Por isso nós buscamos, através da participação de parlamentares de todas as siglas que compõem esta Casa, a realização desse objetivo.

Deputado Pedro Uczai, temos mantido sempre relações positivas com v.exa., que está sempre pensando e reivindicando em favor da região oeste, mas principalmente para o estado de Santa Catarina e que também tem essa preocupação que todos nós temos. V.Exa., na condição de professor universitário, quer somar-se e já conversamos sobre isso e nós precisamos mostrar a força política de Santa Catarina. Santa Catarina não pode e não se deve conformar com essa situação.

Mas vejo v.exa. próximo ao microfone de aparte e não poderia, nesta minha modesta manifestação, ficar sem a sua participação que, com certeza, vai engrandecer e somar-se a todos os esforços que serão desenvolvidos por todos nós para que possamos, através da insistência, do pedido e da pressão, porque é assim que funcionam as coisas no nosso país, alcançar o resultado que todos nós queremos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Herneus de Nadal, acho que essa luta de universidade pública gratuita, tanto estadual e, principalmente, essa luta federal, é um direito do povo de Santa Catarina, é um direito do povo do oeste de Santa Catarina, do sudoeste do Paraná e do noroeste do Rio Grande do Sul, que quer ver implantada essa universidade no contexto do Mercosul. Por isso essa luta tem que ser coletiva, tem que ser de todos e não tenho dúvida de que essa vitória nós vamos conquistar.

Eu acho que existem três dimensões para discutir essa universidade federal. A primeira delas é qual o seu tamanho além do Brasil. Haverá interferência da Argentina, do Paraguai e do Uruguai também na composição dessa universidade federal. O ministro Fernando Haddad vê com simpatia a construção da Universidade da Mesorregião do Mercosul com características binacionais.

Segundo, só graduação? Vamos pensar também no mestrado e no doutorado para formar os docentes para essa grande região, a fim de termos melhores professores na rede básica e também nas faculdades e universidades da região.

Terceiro, além do ensino, temos que pensar na ciência e na tecnologia para os novos modelos de desenvolvimento para aquela região.

Então, essa luta é meritória e estou junto porque é pensar o futuro de Santa Catarina e, principalmente, da região...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Quero noticiar, lamentar e compartilhar com os senhores e com as senhoras o falecimento do sub-tenente da Reserva, Carlos Alberto Malagoli, 50 anos de idade, companheiro que serviu durante 30 anos na Polícia Militar, aqui na Grande Florianópolis e no final da carreira, na região do planalto norte, mais precisamente, na cidade de Caçador. Ele faleceu hoje à tarde, no hospital da Polícia Militar. O seu sepultamento será amanhã às 10h, na cidade de Lebon Régis.

Quero lamentar mais esse falecimento de um companheiro que até recentemente encontrava-se conosco. Ainda há menos de um ano estávamos conversando e articulando a luta da nossa categoria, dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Muito obrigado, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Nossas condolências à família, deputado Sargento Amauri Soares.

O próximo horário, pertence ao PSDB, consulto o seu líder...

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - Na ausência do líder do nosso partido, farei uso do horário do PSDB, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, por até nove minutos, o sr. deputado José Natal, para a sua manifestação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, ouvintes da TVAL e da Rádio Digital Alesc, venho à tribuna desta Casa na tarde de hoje para fazer uma referência à minha querida São José.

(Passa a ler.)

"Neste recinto, srs. deputados, acredito que todos os nobres pares, assim como eu, ficarão felizes com a minha fala. É que em Santa Catarina, ontem, comemorou-se mais um aniversário do meu querido município de São José. É um município que é exemplo para Santa Catarina e para todo o estado; é terra de gente lúcida, trabalhadora e eficaz naquilo que produz. Todos os santos e os anjos do nosso Criador fizeram repicar ontem os seus sinos em homenagem àquela grande cidade e à sua gente.

São José certamente comemorará muitos aniversários e, se Deus quiser, cada vez mais será engajado no contexto de cidade de Santa Catarina, sempre recebendo os aplausos de ontem, que unanimemente recebeu.

É uma cidade que conquistou o lugar que hoje ocupa pela luta incessante dos josefenses. Na condição de deputado estadual nato daquela cidade, confesso que já senti dor ao ouvir, há anos, muitas pessoas tratarem o meu querido município como cidade dormitório de Florianópolis, idéia esta literalmente sepultada nos dias de hoje, graças, reitero, ao esforço de sua gente.

Sua importância é tamanha que é impossível chegar a capital do estado, sem antes passar pelo município de São José, por via terrestre.

Nada melhor para descrever São José e manifestar o meu carinho com o Município do que incorporar ao meu pronunciamento algumas estrofes do seu hino, pois entendo que nelas está sintetizada a história e a luta do Josefense, que diz o seguinte:

"Aqui outrora chegou o imigrante
Que além dos mares deixou
Portugual

E através do trabalho constante
Edificou nossa terra natal
A sua história é um exemplo de fé
Na inteligência de um povo febril
Pelo trabalho eficaz São José
Também ajuda a construir nosso

Brasil

Os sacrifícios dos antepassados
Foram sementes de fruto eficaz
E os Josefenses no amor irmanados,

aqui

Trabalham em tempo de paz
Em São José, interior e cidade,
Convivem sempre em perfeita união
Porque os laços da fraternidade,
Abraçam todos na integração." [sic]

Nesse diapasão, srs. deputados, quero dizer que ontem São José concedeu o título de Cidadão Josefense ao nosso amigo, amigo daquela terra, o secretário de Desenvolvimento Regional Valter Galina.

Tivemos a felicidade, sra. presidente, na sessão de ontem alusiva ao aniversário de São José, de contar com a presença do governador do estado de Santa Catarina, em exercício, Leonel Pavan. E, para a nossa felicidade maior ainda, deputado Manoel Mota, ele assinou o convênio de mais uma parte de pavimentação da rodovia SC-407, que é uma reivindicação antiga da gente de São José, de São Pedro de Alcântara, de Angelina e de todas as regiões longínquas.

Os governos passados foram lá nessas localidades e enganaram aquela gente prometendo que iriam fazer aquela obra no exercício do governo anterior e nada foi concretizado. Mas, para a minha felicidade de josefense e para a felicidade de muita gente, o governador Luiz Henrique da Silveira, no primeiro ano do seu mandato, foi a São Pedro de Alcântara e disse que executaria aquela obra. E ele a iniciou no ano passado. Com certeza absoluta, vai complementar agora com a assinatura, como já reiterei, de mais uma parte daquela obra que é tão importante para a região, pois lá circulam, diariamente, mais de 30 mil pessoas de diversas localidades, principalmente os jovens que se deslocam à Univali, à Colônia Santana e ao Instituto Psiquiátrico Santa Teresa.

Então, congratulo-me com o sr. governador em exercício e conto com o aval do governador Luiz Henrique da Silveira, que está fora do país tratando de assuntos de relevância para o estado, que agora passou a caneta a ele, a fim de dar continuidade a essa parceria que tinham traçado e que é de extrema importância para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Obrigado, deputado José Natal,

Como morador e domiciliado na cidade de São José há sete anos, quero parabenizá-lo pela manifestação e registrar que de fato houve importantes atividades em homenagem aos 257 anos da nossa cidade, ontem e durante toda a semana.

E na noite de ontem, srs. deputados, nessa sessão alusiva ao aniversário de São José, contamos com a presença do governador do estado, em exercício, Leonel Pavan, com a presença do secretário regional Walter Galina, que foi homenageado, com a presença do deputado Onofre Santo Agostini representando este Poder Legislativo, com a presença também do deputado Cesar Souza Júnior, deste deputado, de v.exa. e de todos os vereadores. Por isso quero parabenizar o prefeito municipal de São José pelas festividades, pelos eventos, pelo trabalho, assim como a Câmara de Vereadores, especialmente o presidente Édio Vieira.

Parabéns à cidade de São José, à nossa São José da terra firme.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Srs. deputados, a sessão foi extremamente bonita e lá estiveram presentes mais de 700 pessoas. O município teve a felicidade, ontem, também, de inaugurar o último trecho, o chamado trecho 1, da Avenida das Torres, ocasião em que esteve presente o ex-governador Eduardo Pinho Moreira e agora presidente da Celesc, que numa parceria extremamente importante e imediata, deputado Manoel Mota, colocou iluminação naquela avenida para que ela ficasse totalmente pronta para a nossa gente.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., dizer que conheço a sua garra, a sua determinação e a sua lealdade pelo seu município e parabenizá-lo, também, pela rapidez em sua conquista, porque a assinatura desse convênio já é um pedacinho da conquista que v.exa. conseguiu agregar em tão pouco tempo.

Tenho certeza de que v.exa. já fez e está fazendo um grande trabalho para São José e vai prestar relevantes serviços àquele município. Quero cumprimentar, principalmente, a população, que delegou ao nobre colega os votos para poder aqui representar aquela querida cidade de São José, que já é um orgulho para Santa Catarina e vai continuar sendo.

Parabéns, deputado. Continue nesta luta, porque este é o caminho do progresso.

O Sr. Deputado Sérgio Grando - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Grando - Sr. deputados, quero apenas parabenizar o município do qual fui morador por muitos anos, na rua Frei Hilário, em Campinas. Tenho parentes ainda que moram lá. Mas quero dizer que quando a Beiramar Sul foi inaugurada, a Celesc, na época, já tinha oferecido, por direito de São José, a sua iluminação e agora da Avenida das Torres.

Bom trabalho, parabéns, é assim que se trabalha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Isso tudo graças à compreensão do presidente da Celesc Eduardo Pinho Moreira.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Deputado José Natal, quero cumprimentá-lo, primeiro, pela investidura nesta Casa, pois eu não o tinha cumprimentado publicamente, e dizer da nossa felicidade por termos participado daquela bela sessão, ontem, em São José, município muito bem representado por v.exa. e por este parlamentar. Certamente trabalharemos, aqui, em conjunto com todas as forças municipais e a sociedade josefense, para que esse grande município seja cada vez mais bem representado e tenha cada vez mais dias melhores.

Parabéns pelo pronunciamento, deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Agradeço a v.exas. pela presença na sessão de ontem no meu querido município de São José.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado padre Pedro Baldissera, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e srs. deputados, inicialmente, quero aqui reforçar um assunto que encaminhamos e que foi motivo de reflexão e de comentários do deputado Onofre Santo Agostini e de outros, com relação à moção do promotor de Justiça Affonso Ghizzo Neto, a ser encaminhada ao Presidente da República e ao Procurador-Geral da República.

Este promotor vem realizando um grande e importante trabalho, de forma transparente, com justiça e de maneira muito especial, sobre a questão da corrupção, assunto pelo qual tem trabalhado há vários anos, desde a época em que o conheci no município de Chapecó e agora em Joinville. Por isso que nós queremos que ele represente o nosso estado no Conselho Nacional de Justiça.

Estou falando isso, srs. deputados, porque eu não poderia, de jeito algum, na tarde de hoje, ficar quieto diante do que presenciei neste último final de semana, no município de Guaraciaba, município que nós governamos pelo terceiro mandato consecutivo. Lá fui prefeito de 1997 até 2002, quando renunciei ao cargo para disputar as eleições a deputado estadual, e o meu vice foi reconduzido para continuar o trabalho, dando, assim, continuidade ao terceiro mandato consecutivo.

É com muito esforço, com muita dedicação, que se tem avançado muito, nesses últimos dez anos, em diferentes políticas públicas de atendimento à população daquele município, com muita transparência e honestidade. Foram buscados, nos últimos anos, muitos recursos em nível de governo federal, atendendo, assim, às demandas daquela população.

Entre tantos encaminhamentos, o prefeito municipal de Guaraciaba entregou uma obra importante à sociedade daquele município, no último dia 16 de fevereiro, que foi construída com recursos próprios. Essa obra foi entregue ao Corpo de Bombeiros comunitário, onde há inúmeras pessoas que estão fazendo e prestando esse serviço àquele população. Mas eu fiquei totalmente constrangido quando fiquei sabendo, pelo prefeito daquela cidade, deputado Silvío Dreveck, que o governador do estado, em exercício, Leonel Pavan, esteve naquela cidade, no último dia 16, inaugurando também a obra, obra essa que já tinha sido inaugurada e entregue à sociedade de Guaraciaba 30 dias antes. Então, eu não entendi por que a comitiva do governador em exercício, juntamente com deputados e senadores, estava lá presente inaugurando aquela obra.

Com essa atitude, aquela sociedade foi colocada em uma situação duvidosa, pois ela já tinha participado, 30 dias antes, da inauguração daquela obra feita com recursos do município. É muito estranho este fato de o governador ter resolvido, 30 dias depois, passar por aquele município para inaugurar uma obra que ele não investiu um centavo sequer. Isso me dá a impressão de que falta palanque para o governador.

Lá encostado nessa obra, srs. deputados, há uma obra de um ginásio de esporte, que é uma reivindicação de muitos e muitos anos, que está caminhando a passos lentos, pois está quase parada. Não quiseram aceitar a contribuição do município para fazer aquele ginásio e agora, com quatro anos e pouco de governo, nós temos o ginásio ainda para ser entregue à comunidade.

O outro assunto que trago à tribuna desta Casa diz respeito, deputado Pedro Uczai, ao presidente do Partido dos Trabalhadores. Nós acompanhamos, pela imprensa, no dia de hoje, as declarações de um dirigente que tem história, que tem respaldo, que tem respeito, que tem uma história enraizada na vida da sociedade. Mas no encontro que deveria ser uma festa, que era a posse do presidente do PMDB, ele colocou dúvidas, e dúvidas seríssimas, com relação ao governo de Luiz Henrique da Silveira.

Eu vou fazer uma leitura rápida do pronunciamento de Dejanir Dalpasquale.

(Passa a ler.)

"Espero que não estejamos contaminados pelo mensalão e pelos sanguessugas. Que os cargos sejam usados para engrandecer o partido e não para enriquecer alguns. Conheço alguns pobres que hoje estão milionários." [sic]

Esse rombo que o secretário da Fazenda Sérgio Alves tem trazido presente e que foi divulgado pela imprensa, há poucos dias, quem sabe não tem uma relação profunda com as palavras do ex-presidente, do ex-ministro Dejanir Dalpasquale, fato esse que chama a atenção da sociedade catarinense?

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Vou ouvir v.exa., deputado Pedro Uczai, presidente do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado padre Pedro Baldissera, v.exa. traz a este plenário o debate central do dia de hoje, que é o governo do estado explicar essa denúncia feita não por um deputado da Oposição desta Casa, mas por um dirigente do PMDB, que tem uma história de ex-ministro e de ex-presidente do próprio partido, de que quando é pobre pode virar milionário, pode haver enriquecimento ilícito, pode ter sido usado dinheiro público, pode ter havido envolvimento em ilegalidade na administração pública. Portanto, o PMDB, o governo do estado, no mínimo, tem de esclarecer, tem de investigar, tem de buscar essas provas que estão sendo levantadas e denunciadas por um dirigente do partido!

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Essas denúncias, deputado Pedro Uczai, são gravíssimas e nós esperamos que elas sejam realmente explicadas à sociedade catarinense, porque quando Casildo Maldaner provocou para que isso fosse investigado pela comissão de Ética, todos se fizeram de surdos e a sugestão morreu por ali. É o que diz a nota.

Portanto, temos que pensar naquilo que traz a imprensa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0101/2007, de autoria do deputado Manoel Mota; 0102/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0103/2007, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0104/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0105/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; 0106/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior; 0107/2007, de autoria do deputado Joares Ponticelli...

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, na sexta-feira à noite, quando fui a Ituporanga, eu me encontrei, no sábado pela manhã, com os deputados Peninha e Jailson Lima para participar de uma reunião com os vereadores do Alto Vale do Itajaí. Quando subi a Serra do Rio do Rastro para chegar a Pouso Redondo, eu constatei o profundo estado de abandono em que se encontra um dos mais belos cartões postais do estado de Santa Catarina. É lamentável a situação de abandono total em que se encontra a serra. Das menos de 200 lâmpadas, quase 70 estão queimadas. Ou seja, mais de 1/3 das lâmpadas que iluminam aquele cartão postal estão queimadas e em situação de abandono total. O mato está avançando na pista, é uma estrada estreita, sem acostamento. Não está sendo feita a limpeza - há algum tempo não é feita uma roçada nas margens daquela rodovia.

E o que é mais grave, deputado Peninha - e chamou-me muito a atenção -, é que várias das placas, porque a Serra do Rio do Rastro é feita de concreto... Nós estamos chamando a atenção há algum tempo e se não houver uma manutenção rápida, efetiva, nós vamos perder aquele grande patrimônio catarinense, aquele cartão postal. Vale a pena conferir. É a responsabilidade nossa trazer essa preocupação. A Serra do Rio do Rastro é um cartão postal dos catarinenses e está pedindo socorro. É preciso que o governo promova sua recuperação imediatamente, porque, do contrário, vamos ter a sua estrutura completamente comprometida em pouco tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Encaminharemos ainda as Indicações n.s.: 0108 e 0109/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0111, 0112 e 0113/2007, de autoria do deputado Serafim Venzon...

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Eu gostaria, inicialmente, de parabenizar o deputado Serafim Venzon pela iniciativa de fazer essa indicação e de pedir a sua autorização para que eu também possa assiná-la, até porque esse projeto já vem sendo trabalhado desde 1995, quando eu e o deputado Volnei Morastoni demos entrada, nesta Casa, ao Projeto de Lei n. 0344/95, com relação à gratuidade do *ferry-boat* de Itajaí. E agora volta a esta Casa um projeto de lei enviado pelo sr. governador limitando o passe gratuito do *ferry-boat* para trabalhadores que recebem até três salários mínimos.

Mas o que nos traz a este microfone é que nós estamos com um anteprojeto, feito por empresas especializadas, de um túnel imenso, com nova tecnologia e que deverá ser implantado neste país. Esse túnel não irá beneficiar só os municípios de Navegantes e Itajaí, mas vai proporcionar um incremento grande na área do turismo e na economia do nosso estado, porque ele vai permitir, além da ligação das duas cidades separadas somente pelo rio Itajaí-Açu, uma rodovia cênica em toda costa esmeralda, proporcionando ao turismo do município de Bombinhas até ao de Itapoá um incremento econômico muito grande, um turismo sem chaminé.

Nós, quando prefeito da cidade de Itajaí, encomendamos um estudo através de uma empresa dinamarquesa com *know-how* na construção desse túnel imenso. Estivemos, por diversas vezes, na Holanda, na Dinamarca e na Suécia visitando obras, inclusive acompanhados por engenheiros do então DER, hoje Deinfra, e pelo engenheiro Santa Rita.

Trata-se de um investimento mais do que viável. Tanto que quando apresentamos a proposta ao então governador Esperidião Amin, mostramos também a solução do problema, de onde viriam os recursos para investir nessa obra. Uma empresa que trouxemos para Itajaí, sem que o governo do estado mexesse numa vírgula, sem que esses recursos estivessem no orçamento do estado, proporcionou uma arrecadação de R\$ 12 milhões a mais no estado.

Então, em junho de 2002, sugerimos ao governador Esperidião Amin que se ele pegasse 20% do que uma empresa arrecada, ele viabilizaria uma obra, que sem dúvida alguma, iria trazer para o nosso estado e para o nosso país desenvolvimento, tecnologia. E, com certeza, teríamos a construção da quarta ponte ligando continente-ilha, através de um túnel dessa semelhança.

É um túnel que liga, hoje, Copenhague, a capital da Dinamarca, com Malmö, na Suécia, com 3.750 metros de extensão. Eu vou distribuir um *folder* que nós, inclusive, mandamos imprimir para que os srs. deputados tivessem uma idéia.

É superviável que o governo do estado possa retirar 20% do que uma empresa arrecada - não é o que o município de Itajaí arrecada, mas o que uma empresa arrecada - e proporcionar essa obra aos navegantinos, aos itajaieenses, a todos os catarinenses e aos turistas que por aqui passam.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - V.Exa. quer subscrever a indicação juntamente com o deputado Serafim Venzon?

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Eu quero subscrever a indicação e quero dizer mais: que estou preparando um material com imagens para que isso não seja interpretado como um sonho do deputado Jandir Bellini, mas, sim, como uma obra de extrema necessidade para todos os catarinenses.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Deputado, quem não sonha não vive! Também gostaria de aproveitar para convidá-lo para uma audiência pública, na Câmara de Vereadores de Navegantes, para discutirmos esse projeto de lei, encaminhado pelo governador do estado, para a alteração da lei aprovada anteriormente pelo governador Esperidião Amin, garantindo a gratuidade da cobrança para pedestres, ciclistas e motociclistas. E agora há um novo projeto na Casa.

Portanto, a audiência será no dia 29 de março, na Câmara de Vereadores do município de Navegantes, para podermos discutir esse projeto que virá para a nossa votação.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Somente para concluir, sra. presidente, estarei presente nesta audiência e espero, já que v.exa. tocou nesse assunto, que esse projeto que está tramitando já venha com o parecer contrário das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, e que este Plenário não retire o direito do trabalhador de Itajaí e Navegantes de ir e vir com passagem gratuita no *ferry-boat*.

O Sr. Deputado Sérgio Grando - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sérgio Grando.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDO - Quero apenas dizer que o sonho do deputado Jandir Bellini é factível, principalmente após a liberação... E já está-se construindo o Portonave, esse grande porto onde navios de mais de 200 metros, ao fazer a manobra no Rio Itajaí, vão quase repressar parte desse rio. E para que haja um trânsito tranquilo para a entrada e a saída do porto junto com outros navios, o porto do lado de Itajaí vai ter que ter um túnel como solução.

Então, isso vai se realizar, e o companheiro Serafim Venzon é feliz ao fazer a indicação. Se não deu no governo passado, quem sabe dará agora, pois o governador Luiz Henrique da Silveira tem tido muita sorte de complementar obras que há muitos anos vêm sendo solicitadas.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Eu quero, com a aquiescência do autor da indicação, deputado Serafim Venzon, ter a possibilidade de subscrevê-la e, ao mesmo tempo, de parabenizar o deputado Jandir Bellini pelo amor com que fala dessa obra que idealizou. Eu acompanhei a sua entrevista aqui na TVAL, no programa *Fala Deputado*, e pude ouvir toda a sua fundamentação.

Portanto, quero me solidarizar e me somar para que essa grande e tão importante obra entre os municípios de Itajaí e Navegantes venha a ser uma realidade.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Edson Piriquito.

Serão encaminhadas ainda as Indicações n.s 0112 e 0113/2007, de autoria do deputado Serafim Venzon.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de São João de Itaperiú, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - O sr. deputado Kennedy Nunes gostaria de co-assinar o requerimento e tem a minha permissão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a aquiescência do deputado Nilson Gonçalves, irá subscrever o requerimento o deputado Kennedy Nunes.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Vargem Bonita, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais de Bombinhas, Catanduvas, Campo Alegre, Gaspar e São José, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Caçador, Campos Novos, Macieira, e São Cristóvão do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais de: Anchieta, Arabutã, Caçador, Campos Novos, Capivari de Baixo, Cordilheira Alta, Coronel Martins, Florianópolis, Indaial, Ipuçu, Jardinópolis, Macieira, Morro Grande, Ponte Alta do Norte, Sangão, São Cristóvão do Sul, São João do Itaperiú, Turvo e Vargem Bonita, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais de: Anchieta, Caçador, Campo Alegre, Florianópolis, Gaspar, Indaial, Jardinópolis, São José e Turvo, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos formandos dos cursos de: Agronomia, Ciências Biológicas, Engenharia Civil e Tecnologia em Moda, da Unisul de Tubarão, cumprimentando-os pela formatura.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação dos Municípios da região de Laguna - Amurel -, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria e do conselho para a gestão 2007/2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica à sra. Norma Schotten, presidente da Associação dos Voluntários da Maternidade de Tubarão - Avoma -, cumprimentando-a pelos dez anos de fundação daquela associação.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - A matéria da Ordem do Dia já esgotou?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda não, sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Mas, se v.exa. me permitir, sra. presidente, eu gostaria de fazer um requerimento verbal, solicitando o envio de mensagem telegráfica ao deputado federal Paulo Bauer, nosso mui digno secretário da Educação, parabenizando-o pelo seu aniversário no dia de hoje. Gostaria que fossem, através da Casa, enviadas as felicitações.

Um segundo requerimento que faço solicita o envio de mensagem telegráfica ao professor Félix, diretor-geral do Colégio Elias Moreira, parabenizando-o pelo seu aniversário.

Aproveito, também, a oportunidade, sra. presidente, para requerer verbalmente que seja encaminhada mensagem telegráfica ao vereador Maurício Peixer, felicitando-o por ter assumido a secretaria do Desenvolvimento Comunitário do município de Joinville. Estou desejando-lhe sucesso para que consiga se sair bem naquela secretaria, pois até agora, nesse município, falta aos nossos dirigentes, ex-prefeitos e prefeitos a sensibilidade necessária em relação ao social. Ele está assumindo uma secretaria que me parece vazia, monetariamente falando, e irá ter uma mão-de-obra muito grande pela frente, porque a falta de sensibilidade com a questão social em Joinville é muito forte.

Estou desejando-lhe muito sucesso, pois vai precisar de muita sorte para levar a cabo um trabalho que venha ao encontro das necessidades sociais de Joinville. Volto a frisar que falta muita sensibilidade em relação a essa situação, e isso não é de hoje, vem de longa data.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sr. deputado, esta Presidência defere todos os seus requerimentos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de deixar registrada aqui a presença do ex-vereador, que foi comigo vereador em Joinville, e hoje secretário municipal de Habitação daquele município, pastor Geovanni Gonçalves, que está visitando esta Casa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, também gostaria de fazer um requerimento verbal, pois agora que me dei conta de que hoje se comemora o Dia do DeMolay. E eu solicito o encaminhamento a todos os capítulos da Ordem DeMolay em Santa Catarina de uma manifestação de cumprimentos pela passagem dessa data. Irei fornecer à assessoria da Casa a relação de todos os capítulos para que possa ser enviada essa mensagem de cumprimentos pela passagem do Dia do DeMolay.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Esta presidência defere de plano.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, gostaria que v.exa. nos informasse sobre o horário da audiência pública, na Câmara de Vereadores de Navegantes, no dia 29 de março, referente à construção dos túneis imersos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Deputada, essa audiência pública no dia 29 de março será para ouvir a comunidade e lideranças políticas locais sobre um projeto de lei, de procedência do Executivo, que irá alterar uma lei aprovada pelo então governador Esperidião Amin, garantindo a gratuidade aos pedestres, ciclistas, motociclistas e estudantes, para quem ganha até três salários mínimos. Trata-se de uma alteração da lei.

Então, iremos ouvir aquela comunidade que solicitou a esta deputada a realização de uma audiência pública, já aprovada pela comissão de Transportes desta Casa, que será às 19h, na Câmara Municipal de Navegantes.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado por sua paciência também. Apenas quero pegar uma carona com a fala do deputado Kennedy Nunes e cumprimentar o secretário Geovanni Gonçalves, que se encontra neste recinto, até porque é do meu partido e é uma grande figura humana.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam muito bem-vindo, srs. secretário, ao Parlamento catarinense!

Moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviada ao presidente da República, ao ministro da Justiça e ao procurador-geral da República, solicitando a indicação do catarinense Affonso Ghizzo Neto ao Conselho Nacional de Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente Ana Paula Lima, esta moção do deputado Onofre Santo Agostini tem o mesmo teor da minha, que virá logo em seguida, a de n. 0058/2007, e acompanhando o depoimento do deputado Onofre Santo Agostini, penso que esta poderia ser transformada em uma moção da Casa Legislativa. Poderíamos fazer este encaminhamento?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O encaminhamento do deputado Onofre Santo Agostini foi no sentido de que os 40 deputados desta Casa assinassem essa moção indicando o sr. Affonso Ghizzo Neto ao Conselho Nacional de Justiça.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Certo, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Então, vamos retirar as duas moções, a de v.exa. e a de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, para que seja feita uma outra, conjunta, para que todos os parlamentares a assinem.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Está certo!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - V.Exa. também concorda, deputado Sargento Amauri Soares?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - De acordo, sra. presidente!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Por uma questão pessoal, de foro íntimo, eu vou me abster de votar esta matéria, pela minha experiência e a relação com Affonso Ghizzo Neto. Assim, não votarei a favor nem contra, abstenho-me.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) Sras. deputadas e srs. deputados, temos aqui duas moções, uma de autoria do deputado Onofre Santo Agostini e outra do deputado Pedro Baldissera. E conforme a manifestação dos deputados Pedro Baldissera e Sargento Amauri Soares, será redigida uma nova moção, que vamos colocar em discussão e votação nesta Casa. Assim, os srs. deputados Pedro Baldissera e Onofre Santo Agostini retirem as moções.

Há alguém contrário à retirada das duas moções?

(Pausa)

Então, não havendo nenhuma manifestação contrária, ficam retiradas as duas moções e esta Presidência receberá uma nova moção, assinada por mais parlamentares, para que seja apreciada no dia de amanhã.

Moção de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da República e ao ministro da Saúde, solicitando a implantação de programa para a conscientização e distribuição gratuita de protetor solar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Educação, solicitando esforços para garantir o funcionamento da Escola Surdo Cidadão, que está vinculada ao Ceja de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviado ao superintendente do DNIT, solicitando informações sobre a sinalização, sentido horizontal, da BR-101, no trecho de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria dos líderes de diversas bancadas, que, em face de acordo de lideranças, requer a abertura de um espaço, durante ou mediante suspensão da sessão ordinária da Alesc do dia 21 de março de 2007, para a ouvida do representante da Apufsc, professor Armando Lisboa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Só faltou a assinatura do deputado Marcos Vieira. V.Exa. aquiesce?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - O PSDB concorda, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Portanto, na sessão de amanhã, serão concedidos dez minutos para a manifestação do professor Armando Lisboa.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL, ouvintes da Rádio Digital e senhores aqui presentes neste plenário, tenho vários assuntos para abordar neste espaço no dia de hoje. O primeiro deles, líder Pedro Baldissera, trata da indicação do ministro da Agricultura do governo federal, até em resposta a uma manifestação, que considero infeliz, do deputado Manoel Mota, na última quinta-feira, quando tripudiou em cima do fato de um catarinense ilustre... Não por ser meu companheiro de partido, mas eu não tenho dúvida de que o ex-deputado Hugo Biehl é uma autoridade reconhecida no setor agrícola suprapartidariamente.

Eu lamentei muito quando assisti a manifestação do deputado Manoel Mota ao comemorar a perda de um eventual espaço que Santa Catarina poderia dispor. O meu partido integra a base de apoio do governo Lula e eu sou um torcedor para que Santa Catarina ocupe espaços no governo. Vou torcer para que a cota do PMDB contemple peemedebistas de Santa Catarina. Torci para que o presidente do PDT, Maneca Dias, pudesse assumir o ministério da Previdência, mas, infelizmente, não emplacou; torci para o Hugo Biehl assumir o ministério da Agricultura, mas também não emplacou; torço para que o PT, através dos nomes indicados, possa emplacar com o José Fritsch, a Luci Choinacki e outros. Será bom para Santa Catarina que ocupemos um espaço no governo federal, e eu vou comemorar quando isso acontecer.

O deputado Manoel Mota tripudiou em cima da não-ocupação do cargo por Hugo Biehl e comemorou a indicação do Odílio Balbinotti, que eu já não sei mais se é plantador de soja ou de laranja. O ministro do deputado Manoel Mota durou menos de 72 horas, nem chegou a ser empossado, caiu antes disso porque a ficha não era nada recomendável.

Então, quero aproveitar para sugerir ao líder do PMDB que tenha um pouco mais de cuidado ao indicar nomes para ocupar ministérios. É bom dar uma olhada na ficha antes, para não colocar o partido nesse constrangimento que o deputado federal Odílio Balbinotti causou especialmente ao deputado Manoel Mota, que veio aqui comemorar na última quinta-feira a ascensão dele ao ministério, como paranaense, e no sábado ele já havia renunciado porque a ficha estava suja demais.

Mas esse é um assunto que ainda vai render porque há outras indicações e outras denúncias. Penso que essa questão do ministério da Agricultura vai dar o que falar ainda.

Vou, portanto, falar de uma outra autoridade da agricultura, também peemedebista e um cidadão que tem o meu respeito: Dejandir Dalpasquale, um militante histórico do PMDB, ex-deputado, ex-presidente estadual da sigla, ex-ministro de estado, deputada Odete de Jesus. É extremamente preocupante o que as colunas dos jornalistas Moacir Pereira e Roberto Azevedo, além da de Prisco Paraíso e outros, trazem nos jornais do dia de hoje. É muito grave a manifestação do ex-ministro Dejandir Dalpasquale na posse do presidente do PMDB, Eduardo Pinho Moreira. Vou me ater a uma parte dela.

(Passa a ler.)

"O protesto de Dejandir

[...]

O terceiro surgiu com o contundente discurso do ex-presidente Dejandir Dalpasquale, criticando o governo Luiz Henrique da Silveira e condenando a subserviência do PMDB em relação à sua gestão. Depois de lembrar as lutas e as bandeiras passadas por direitos e ética, enfatizou: - Éramos contra quando a Celesc elegia o Wilmar Dalanhol. Hoje, em Santa Catarina, fazemos pior do que antes. É a democracia bolivariana copiada do que Hugo Chávez faz na Venezuela."

Palavras do histórico do PMDB, Dejandir Dalpasquale. E continua a nota, deputado Jandir Bellini.

(Continua lendo.)

"Depois de homenagear Pedro Ivo Campos, 'que era durão, mas sempre ouviu o PMDB', o ex-ministro fulminou" (e isso eu considero extremamente grave, deputado Marcos Vieira): - "Espero que não estejamos contaminados pelo mensalão e pelos sanguessugas." Palavras do ex-presidente do PMDB e ex-ministro de estado Dejandir Dalpasquale. "Que os cargos sejam usados para engrandecer o partido e não para enriquecer alguns. Conheço alguns pobres que hoje estão milionários." [sic]

Deputado Pedro Baldissera, é da maior gravidade essa manifestação do ex-presidente do PMDB, ex-deputado e ex-ministro Dejandir Dalpasquale.

Afirmar frases tão contundentes como essas, dizer que espera que o governo do PMDB não esteja contaminado por mensaleiros e sanguessugas é extremamente grave. É preciso que haja uma posição desta Casa e por isso, deputada Odete de Jesus e

deputado Pedro Baldissera, a nossa bancada, com base nessas notícias veiculadas na grande mídia catarinense... Palavras de um ex-presidente do PMDB, de um ex-ministro de estado e não de ninguém da Oposição, palavras fortes, insinuando a presença de mensalão e de sanguessugas no governo, acusando companheiros de terem entrado pobres e estarem ricos, são acusações de improbidade administrativa, deputada Odete de Jesus, são acusações graves que não podem passar longe do debate.

Nós, enquanto partido político de Oposição, responsável, estaremos cumprindo com o nosso papel e ingressando amanhã com uma representação junto ao Ministério Público de Santa Catarina para que essas acusações sejam apuradas e que seja chamado o próprio acusador a reiterá-las ou a desmentir as acusações que ele fez por ocasião da posse do dr. Eduardo Pinho Moreira, o ex-governador aposentado com nove meses de mandato, a aposentadoria mais breve do mundo, eu acredito, com um salário de R\$ 22 mil por mês. Esse cidadão, o ex-governador catarinense por nove meses, ao receber o comando do partido, ouviu de um grande líder do PMDB essa manifestação.

Isso é muito grave, isso contém improbidade administrativa e nós esperamos que o Ministério Público, com toda a isenção, com toda a responsabilidade, deputado Jandir Bellini, possa apurar rapidamente a veracidade dessa acusação feita pelo ex-ministro Dejanir Dalpasquale.

É grave, deputado Pedro Baldissera, é gravíssima a acusação, e é preciso que haja uma resposta efetiva, clara e contundente por parte do governo. E por isso entendo, deputada Ana Paula Lima, nossa presidente, que o Ministério Público de Santa Catarina precisa coordenar essa ação de apuração dessa notícia amplamente divulgada pela imprensa catarinense no dia de hoje.

Eu considero isso profundamente lamentável, deputado Pedro Baldissera, porque a ficha de trabalho do ex-deputado, ex-presidente do PMDB e do ex-ministro Dejanir Dalpasquale é do conhecimento não só de seus correligionários, mas, não tenho dúvida, digna do respeito dos catarinenses, na sua maioria. E no momento em que assistimos a uma manifestação tão forte, tão contundente, é preciso que haja uma resposta rápida.

Amanhã, portanto, estaremos ingressando com essa representação junto ao Ministério Público para que o governo do PMDB e o próprio partido possam, de forma rápida e definitiva, esclarecer a sociedade catarinense acerca dessa denúncia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sérgio Grando, por até dez minutos.

O Sr. DEPUTADO SÉRGIO GRANDO - Sra. presidente, companheiros deputados e companheiras deputadas, eu gostaria de falar, hoje, sobre um assunto que, no nosso ponto de vista, torna-se muito interessante quando começamos a analisá-lo. Trata-se de um projeto sobre as árvores nacionais. Nós sabemos que no Brasil, pela sua extensão, pelo sol que possui, quando uma árvore realiza a sua fotossíntese, obtém-se a energia, o desenvolvimento e a utilização dessa árvore. Chama-se Projeto das Árvores Nacionais.

E nós gostaríamos de colocar uma peculiaridade do estado de Santa Catarina sobre esse interesse. Poucas pessoas sabem que Santa Catarina é o segundo produtor de madeira do país e é o primeiro em valor agregado. Isso significa o aproveitamento dessa madeira na questão de móveis e utensílios, que nós, inclusive, exportamos em grandes quantidades.

Se somarmos a questão das árvores com a questão do reflorestamento da madeira e da celulose do papel, torna-se a segunda atividade no estado, perdendo somente para a atividade industrial. Então, é um grande arrecadador de impostos para o estado.

Para esse desenvolvimento ter acontecido, houve uma política, sim, de incentivos. Por exemplo, o *pinus elliotii* tem 15 anos de financiamento, com 12 anos de carência. Nada contra a questão do *pinus elliotii* ser plantado normalmente, com todos os cuidados, protegendo as nossas nascentes. Tendo em vista a grande atividade industrial que ele representa, realmente muitos optaram por fazer esse reflorestamento. Mas nós temos que dar outras opções. O BRDE deveria criar uma linha de crédito, por exemplo, para a araucária. Criando-se uma linha de crédito de 20 anos de financiamento, com 15 anos de carência, muitos e muitos agricultores, muitas e muitas empresas iriam plantar araucárias, sim! Por quê? Porque com 12 anos ela começa a dar o pinhão, que é um grande alimento. A araucária é a única que dá o pinhão com aquele tamanho, sustentável para a exportação. Se tivermos 10 mil *containers* de pinhão, nós exportaremos todos, porque nenhuma outra araucária ou semelhante, como o pinheiro nativo, como se chama, dá um fruto desse tamanho.

Então, nós teríamos aí uma maneira de incentivar quem quiser plantar a araucária. E o que você planta, você tem o direito de colher. Só vencendo essa burocracia, que pode ser feita através de um município, em parceria com os órgãos ambientais, com a fiscalização, uma vez registrada essa plantação, você tem o direito de colher daqui a 20 ou 30 anos.

Portanto, vejamos bem como se tornaria viável o aproveitamento do fruto. Assim como o pinus tem 15 anos de financiamento, com 12 anos de carência, e no sétimo ou oitavo ano tem um desbaste e aquele reflorestador já começa a arrecadar algum valor financeiro, também pode acontecer o desbaste em relação à araucária, que se começa a arrecadar em função da indústria papelreira também.

É interessante lembrar que se plantarmos 100 mil araucárias, podemos plantar 90 mil fêmeas e dez mil machos. Ora, essas fêmeas vão produzir pinhão e daqui a 20 anos, com tudo registrado como deve ser, se quiser colher o que plantou desse reflorestamento, poderá recolher 80% e deixar 20% de reserva legal para a perpetuação da espécie. E com um detalhe, se nós formos hoje viajar daqui até São Miguel d'Oeste, vamos olhar na beira da estrada e não vamos ver nenhuma araucária pequena. São todas araucárias grandes. Por que será? Será que a araucária aqui já nasce grande? É claro que não! Então, por quê? Porque está tendo alguma política errada neste setor e que nós precisamos corrigir, mas nós temos que ter essa alternativa de uma árvore nacional.

A araucária pode produzir o fruto, além do fruto nós podemos aproveitar a gripa da araucária para fazer o que se chama bloquete, através de uma prensa, que qualquer casa no interior pode ter e fazer ou qualquer igreja, enfim, toda a comunidade que se mobilizar, que pode ser exportado. Na Europa, por exemplo, você não pode consumir a árvore natural de lá como lenha. Então, eles importam muitos bloquetes, no caso do carvão ou da própria serragem. E nós estaríamos exportando bloquetes de gripa também, que é outra maneira de arrecadar mais algum dinheiro com essa árvore nacional.

Srs. deputados, para complementar o meu raciocínio, a bracinga, deputado Moacir Solpesa, não precisa de 12 ou 15 anos como o pinus, ela dá em seis anos, com um poder calorífero melhor para ser usado nas caldeiras das nossas indústrias; ela é nativa, é o famoso vassourão de Lages; ela é pioneira porque em qualquer solo que teve erosão ela vem bem; ela é utilizada em reflorestamento e em recuperação do meio ambiente degradado. Outra vantagem da bracinga é que ela floresce no inverno, quando as abelhas sobrevivem e produzem aquele famoso mel negro, aquele mel amargo, que é praticamente todo exportado para a Alemanha.

E assim vamos trabalhando com o reflorestamento, desde a questão do bambu, que é utilizado em papel, que pode ser cortado e ele rebrota; tem o ipê também e tantas outras árvores do projeto nacional que poderão ser usadas, bastando ter política de incentivo. Não queremos mais e nem menos de financiamento do que para qualquer outra árvore, nós queremos o mesmo financiamento para essas árvores que tão bem correspondem à realidade catarinense, para o desenvolvimento como nova atividade, através de linha de crédito a ser criada por banco de desenvolvimento.

O Sr. Deputado Moacir Solpesa - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Solpesa - Quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo assunto que traz à tribuna desta Casa hoje. V.Exa. foi presidente da Fatma e trabalhamos juntos quando este deputado teve a oportunidade de ser secretário da Agricultura.

Nobre deputado, este é o pronunciamento mais justo que já ouvi sobre a questão da araucária e da bracinga. Nós não estamos remaneando as nossas árvores de araucária. É aquilo que v.exa. disse, estão ficando as árvores maduras, as árvores velhas, porque estamos adotando uma política de não dar oportunidade de usar essas árvores e de reflorestar com novas árvores, de poder substituir as árvores maduras com novo plantio.

A mesma coisa acontece com a bracinga, deputado Sérgio Grando, porque nós temos dificuldade de colhê-la e quando ela passa dos dez anos a árvore já está madura, cai, apodrece e é perdida na própria mata.

Nós temos hoje um colega como presidente da Fatma, e espero que possamos juntos aqui na comissão de Agricultura, contar com o seu conhecimento, com a sua colaboração para tentarmos fazer para Santa Catarina uma legislação que dê oportunidade do uso dessas árvores para continuarmos produzindo riquezas para o nosso estado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDO - Agradeço o aparte, nobre deputado.

V.Exa. falou o essencial e iria finalizar o meu discurso dizendo que nós, como deputados, através da comissão de Agricultura e Meio Ambiente, devemos criar a adaptação da lei, a exemplo do que fez o Paraná, onde existe reflorestamento com bracinga, que são os novos reflorestamentos.

Temos que ir adiante, porque assim é impossível! Estamos na divisa de Canoinhas e do outro lado pode plantar bracinga, mas do lado de cá não pode! E a realidade é a mesma, inclusive dá para usar a estufa, na questão do fumo, evitando tirar as árvores da Mata Atlântica. Ela tem muito mais calorias do o eucalipto ou o *pinus elliotis*. O próprio chimarrão, que é seco, tem que usar a bracinga porque se usar o *pinus elliotis* ou o eucalipto vai ficar com cheiro, e quem entende de chimarrão não vai querer tomá-lo.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Neste pouco tempo que ainda resta, desejo parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e dizer que voltaremos a este debate porque penso que é importante começarmos a diminuir a plantação de pinus e investir na plantação de uma árvore nativa, inclusive para a exploração econômica.

Parabéns pelo seu pronunciamento e continuaremos com essa discussão daqui para frente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDO - Precisamos conseguir provar que é melhor fazer reflorestamento com árvores nativas. Não precisamos ser contra outros tipos de árvores. O reflorestador é suficientemente inteligente para saber que sua atividade econômica é a melhor e que poderá fazer melhor do que com outra atividade de reflorestamento paralela. Temos que ter essa clareza e essa capacidade. E já há pesquisas de que se pode ter a colheita de pinhão em dezembro, estendendo-a até julho. Quer dizer, podemos ter colheita praticamente o ano todo. Inclusive temos algumas espécies dentro da questão das araucárias, que podem dar o fruto em épocas diferentes, como é o caso da laranja, que dá o ano todo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna para esclarecer algumas dúvidas aqui expostas pelo PP e pelo PT.

Ontem, numa reunião do partido que elegeu a grande liderança do sul e honrado homem de bem, Eduardo Pinho Moreira, houve, sim, um discurso inflamado pela emoção do ex-deputado Dejandir Dalpasquale. Ele teve em 2002 uma pequena desavença com o honrado governador Luiz Henrique da Silveira. Evidentemente que acabou fazendo um discurso bastante inflamado, mas em nenhum momento ele colocou que teria nomes. Pediu para que nós nos precavêssemos para que não aconteça o que aconteceu em Brasília com o mensalão e com o mensalinho. Esta foi a razão da reunião de ontem.

Quero aqui rapidamente falar um pouquinho para o deputado Joares Ponticelli - e s.exa. não está no plenário, mas está aqui ao lado e pode nos ouvir - sobre o presidente de honra do seu partido.

(Passa a ler.)

"Paulo Maluf, presidente de honra do PP e ex-presidiário, passou com o filho Flávio uma temporada como hóspede da Polícia Federal, acusado de um mega esquema de desvio de recursos públicos.

Na semana passada, Maluf e o filho foram acusados em Nova Iorque de lá também criar um esquema para desviar recursos públicos. Aprenderam aqui e já aplicaram por lá. Dessa vez foram quase 12 milhões de dólares, num plano de suborno e superfaturamento."

Este é o presidente de honra nacional do partido do deputado Joares Ponticelli. (Continua lendo.)

"Pedro Corrêa, presidente nacional, licenciado do PP, foi acusado de participar do "valerioduto". É processado por contrabando e participação em adulteração de combustíveis e ainda consta como presidente licenciado do partido no site do PP."

E agora eu queria dizer ao deputado Joares Ponticelli que ouvi o seu discurso inflamado, dizendo que o deputado Leodegar Tiscoski, foi o grande coordenador do Severino Cavalcanti, cassado pelo mensalinho. Ele pensa que as pessoas esquecem o que é dito nesta tribuna. Eu disse que não sabia quem iria assumir o ministério. E eu não festejei, eu disse que poderia assumir o ministério, mas s.exa. fez um discurso vibrante aqui, no sentido de que já havia ganhado. E depois foi afastado pelo mensalinho.

(Continua lendo.)

"José Janene, ex-líder da bancada na Câmara - só escapou da cassação porque entrou em licença médica e se aposentou". Rapidamente, aposentou-se.

Quero dizer ao deputado Joares Ponticelli, que o ex-deputado, que estava no PP, homem honrado e de bem, João Linhares, também fez uma carta durante o governo Amin, da qual constava uma série de problemas com pessoas. É bom que v.exa. saiba que ninguém esquece nada.

E aí tem mais:

(Continua lendo.)

"Pedro Henry, ex-líder na Câmara, também foi acusado de saques das contas de Marcos Valério.

Em 2005, o deputado Joares Ponticelli veio aqui discursar, falando maravilhas do então presidente eleito da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. Os anais desta Casa registram sua fala".

E tenho aqui uma série de pessoas que se envolveram em escândalos. Não são supostas acusações, são acusações reais.

E quero responder ao líder da bancada do PP, que aqui também levantou problemas.

(Continua lendo.)

"Antes de se preocupar com os problemas dos partidos alheios, o PT deveria se preocupar com seus problemas internos, como por exemplo, com seus líderes que foram denunciados pelo ministério Público Federal no gigantesco esquema de corrupção do mensalão.

Eis aqui alguns denunciados pelo ministério Público no caso mensalão: José Dirceu, ex-ministro; José Genoíno, ex-ministro; Delúbio Soares, ex-tesoureiro; Sílvio Pereira, ex-integrante da executiva nacional; Anderson Aduato Pereira, ex-ministro; Duda Mendonça, marqueteiro oficial do governo; Luiz Gushiken, ex-ministro; João Paulo Cunha, ex-deputado federal; professor Luizinho, deputado federal; Paulo Rocha, deputado federal; João Magno, deputado federal.

Isso sem mencionar outros escândalos envolvendo integrantes do PT."

E houve um pronunciamento inflamado, falando sobre problemas pessoais. Mas quero dizer que ele é uma pessoa que faz parte da história do PMDB, que não trabalhou nessas últimas duas eleições, mas tem que ser respeitado. E ele falou sobre as supostas denúncias que poderiam acontecer, prevenindo para não acontecer como na questão do mensalinho e do mensalão lá em Brasília. O governo de Luiz Henrique é um governo ético, comprometido com a luta pelo bem-estar do povo de Santa Catarina.

E o deputado Joares Ponticelli tentou novamente levantar a questão de Eduardo Pinho Moreira, que é um homem de bem, equilibrado e uma grande liderança. Nós não podemos aceitar essas denúncias vazias, quando estão tentando buscar amparo político, já que o seu partido está como uma espiga de milho, derramando-se todo. Aí é preciso fazer alguns tipos de denúncia, só que uma coisa é fazer denúncias e outra é, através da emoção, levantar alguns problemas.

Precisamos resgatar algumas coisas aqui desta tribuna. Primeiro, o PP tem uma carta de João Linhares, envolvendo muitas pessoas que eu respeito muito. Quanto ao ex-deputado, em nenhum momento ele acusou alguém, quem sabe nos 1700 cargos comissionados pode haver uma pessoa ou outra com problema que o governo não tenha conhecimento, mas se souber de alguma coisa, amanhã não estará no governo, porque eu conheço o governo ético e de responsabilidade de Luiz Henrique da Silveira, que trabalha em cima de dados e do profissionalismo, que foi aprovado nas urnas.

Então, evidentemente que vamos defender aquilo que é real e os homens de bem. E os partidos precisam se preocupar mais com os seus próprios partidos para depois se preocuparem com os partidos dos vizinhos; aqueles que foram derrotados nas urnas devem se preocupar com o seu partido, para resgatar o que perderam, já que houve uma debandada.

Eu não estou vendo nenhuma perda no meu partido, porque ele está pronto e preparado para uma grande missão, e vai realizá-la! É uma missão de responsabilidade e de lealdade com o povo catarinense. Esse é o grande compromisso do meu governo, do governo de Luiz Henrique da Silveira, ou seja, lealdade com o povo que o reelegeu nas urnas pela primeira vez na história do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Peço escusas ao nobre deputado que me pede aparte, mas meu tempo está-se esgotando e preciso concluir meu pronunciamento. Mas vou ficar devendo o aparte a v.exa.

Por isso, hoje eu quero deixar registrado mais uma vez, que todos que vierem aqui fazer acusações levianas podem crer que vou resgatar ponto por ponto a verdade. Porque eu acho que é preciso trabalhar em cima de dados reais ou de uma proposta para Santa Catarina e não apenas de acusações. E vejo aqui alguns partidos de Oposição que são vazios em termos de propostas para Santa Catarina retomar cada vez mais o desenvolvimento, porque é com isso que temos compromisso, e é isso que nós queremos para Santa Catarina e que o governador Luiz Henrique da Silveira quer para Santa Catarina.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito deputado Rogério Mendonça, a quem concedemos a palavra por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, rapidamente também falando sobre este assunto que o deputado Manoel Mota fez referência, o mais importante de tudo deputado Edson Piriquito e meu líder do governo deputado João Henrique Blasi, é estarmos aqui hoje falando sobre a belíssima reunião feita pelo PMDB no dia ontem, em que o nosso grande líder político e ex-governador Eduardo Pinho Moreira, foi reconduzido à Presidência do partido. Lá estavam ex-governadores como Casildo Maldaner, Paulo Afonso e lideranças de todo o interior de Santa Catarina batendo palmas e dizendo ao Eduardo Pinho Moreira, que precisamos dele na recondução do partido, que também acreditamos que ele será o nosso grande líder e futuro candidato a governador pelo PMDB daqui a quatro anos.

É importante citar também que em muitos momentos da reunião se fez referência ao Luiz Henrique da Silveira, ao trabalho que ele vem fazendo durante esses quatro anos, ao trabalho da descentralização, ao líder político Luiz Henrique da Silveira, que derrotou por duas vezes aquele que se achava um grande líder; foi candidato uma vez, achava que era o favorito, mas perdeu; não acreditou, foi de novo, e perdeu novamente. Assim, Luiz Henrique da Silveira demonstrou a sua liderança, a sua capacidade de conciliação. E isso tudo foi dito por muitas e muitas pessoas ontem lá na reunião do PMDB.

Foi feita uma homenagem ao Adelcio Machado que foi presidente por um período, por uma eternidade até diríamos, e que é uma pessoa a quem o PMDB deve muito por tudo que ele já fez pelo partido e por tudo que significa para o partido. E isso é o mais importante que nós devemos levantar aqui a todo o momento.

É verdade que nós achamos que o nosso ex-presidente Dejandir Dalpasquale já fez muito pelo nosso partido e merece a nossa consideração. Mas, em nenhum momento, deputado Manoel Mota, ele fez referência a nomes, a fatos, porque se o fizesse, evidentemente, o governador, como disse v.exa., haveria de tomar providências, pois isso não ficará em branco no nosso governo do PMDB com o PFL, com o PSDB, com o PPS e tantos partidos que estão juntos na coligação Por Toda Santa Catarina.

Mas eu gostaria de fazer referência também, aqui neste espaço, à nossa Festa da Cebola, que aconteceu no último final de semana, em Ituporanga, que iniciou no dia 9 de março e terminou ontem, deputado Edson Piriquito, dia 18 de março. Foi o maior evento agropecuário, poderíamos assim dizer, de Santa Catarina, pois mais de 100 mil pessoas entraram no parque de exposição. O deputado Sérgio Grandó gostou tanto da festa que foi duas vezes. Estava lá no domingo, estava na abertura, no dia 9, e disse que deveria ter ido mais vezes. Foram feitas exposições agropecuárias, exposições de cebola, enfim, empresas de toda Santa Catarina estavam participando da festa e expondo.

Ocorreu também, em Itajaí, o encontro do PSDB, o encontro da Câmara de Vereadores do Vale do Itajaí, ocasião em que o deputado Jailson Lima, que representa com tanta dignidade essa região, estava lá presente. Aliás, deputado, eu gostaria de fazer uma referência a um fato que aconteceu lá. Eu acho que a imprensa tem toda razão quando critica e nós, democraticamente, temos que aceitar o seu papel, mas às vezes ela extrapola.

Esse encontro de vereadores que foi realizado no sábado, tendo sido iniciado às 9h30min e terminado praticamente às 13h, contou com a presença de Salomão Ribas Júnior lá palestrando, como também com a minha presença e a do deputado Joares Ponticelli, ocasião em que pudemos constatar de que maneira tinha sido conduzida aquela reunião.

Srs. deputados, na edição da sexta-feira, na coluna do jornalista Raul Sartori, do jornal *ANotícia* - ele é meu conterrâneo, é de Nova Trento, e eu tenho uma admiração muito grande por ele, pois é um dos grandes jornalistas de Santa Catarina -, antes de acontecer o evento, deputado Jailson Lima, ele publicou o seguinte: "Amanhã terá um encontro de vereadores em Ituporanga que irão fazer turismo com diária das Câmaras de Vereadores". Quer dizer, antes de acontecer o fato ele já denegriu tudo aquilo que poderia ter acontecido! Talvez ele tivesse uma bola de cristal. Infelizmente, ele foi infeliz, nesse momento.

Nós acompanhamos aquele encontro de vereadores e lá foram tratados assuntos importantíssimos. Eu sei que temos problemas com alguns vereadores, mas isso é minoria. É a mesma coisa que dizer, e isso eu até havia falado com o deputado Jailson Lima, que todos os médicos são carneiros, porque há alguns que são! Na minha profissão também há problemas, na área política, com em todas as profissões. Só porque temos um ou outro problema com padres, com pastores, nós não vamos mais entrar na igreja? Não! Temos que ir, porque as coisas não podem ser generalizadas.

Então, nós temos problemas, sim, mas isso não é maioria, é minoria, principalmente com relação aos vereadores do Alto Vale do Itajaí, que eu falo de cadeira porque os conheço muito bem; conheço a integridade da grande maioria dos vereadores daquela região.

Mas quero falar também um pouco, srs. deputados, sobre um outro assunto do nosso Alto Vale do Itajaí. O governador Luiz Henrique da Silveira, nesta viagem que está fazendo a Alemanha, fez referência às nossas três barragens do Alto Vale: a barragem de José Boiteux, no vale norte, rio Hercílio; a barragem de Taió, do rio Itajaí do Norte, e a barragem do rio Itajaí do Sul, a barragem sul do município de Ituporanga. Ele cogitou sobre a possibilidade de se fazer um estudo no sentido de aproveitarmos essas três barragens, a fim de elas serem utilizadas na geração de energia. O governador sugeriu, até, ao grupo Suez, que é controlador da Tractebel, investimentos nessas eventuais hidrelétricas do Alto Vale do Itajaí, sem colocar em risco o objetivo maior, que é a contenção de cheias. Mas dá para conter as cheias, cumprir o seu papel e ao mesmo tempo gerar energia.

É importante frisar também que a Tractebel já possui uma usina de biomassa em Lages, deputado Elizeu Mattos. E se a geração de energia das barragens for considerada viável e vier a acontecer, o impacto, com certeza, na economia do Alto Vale do Itajaí será altamente positiva. É claro que não podemos esperar grandes quantidades de energia, mas, por certo, será gerada energia suficiente para ajudar a movimentar algumas empresas da região.

Quero fazer referência, também, aqui neste plenário, a uma outra boa notícia. Hoje, todos os deputados desta Casa já podem saber, com antecedência, se o tempo vai fechar. Não é fechar aqui nas brigas em plenário entre os deputados Manoel Mota e Joares Ponticelli; não é fechar neste sentido. Na verdade, foi firmado, agora, um acordo com o Ciram - Centro de Informações e Recursos Ambientais -, vinculado à Epagri, que o deputado Sérgio Grandó conhece bem, que irá enviar para cada deputado, diariamente, um e-mail com a previsão do tempo do dia, além da tendência para a quinzena e para o mês. Isso já está sendo enviado, de forma gratuita, a todos os deputados e a esta Casa. É mais um serviço da Epagri que já está à disposição da população catarinense, que agora está beneficiando diretamente os integrantes deste Parlamento.

O meu agradecimento, os meus parabéns ao Ciram, ao seu presidente, sr. Murilo Flores, a todo o corpo diretivo, a todos os seus funcionários, em especial ao engenheiro agrônomo Hugo Braga, que é o gerente. O Ciram foi criado na Epagri quando eu tive o privilégio de ser presidente daquele órgão, na época do então governo Paulo Afonso, que hoje vem prestando tantos serviços ao estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, eu esperava que o deputado Joares Ponticelli fosse exibir, hoje, o filme que está sendo mostrado na *Band News*, na Bandeirantes, porque ele não estava na última sessão, no momento em que falávamos sobre este assunto. Então, eu achei que hoje nós iríamos assistir ao filme. Até fui ao meu gabinete para assistir pela televisão ao filme do exemplo que Santa Catarina está dando ao país com a compra dos uniformes escolares.

Mas, para a minha tristeza, este deputado, que torce para quanto pior melhor, porque a torcida é visível, vem aqui julgar as pessoas. Se a pessoa elogiar o governador, ela não presta, mas se falar qualquer coisa do governo, ela já presta. Ele muda de opinião a todo o momento. Uma hora o PMDB não presta, em outro momento presta. Enfim, ele veio aqui fazer uma tempestade em copo d'água.

E eu quero até fazer uma referência, para evitar tocar no assunto, quanto ao que falou o nosso amigo deputado Pedro Uczai, que eu acho que é muito responsável, pois tenho certeza de que não eram essas as palavras que ele queria usar, acerca das provas que foram tratadas na reunião do PMDB. Ninguém falou em provas, pois não há provas! Mas não eram essas as palavras que o deputado Pedro Uczai queria usar, porque eu o conheço bem.

Mas agora vou falar sobre a BR-282, que era o assunto que eu ia tratar aqui também. Vamos chamar o ex-presidente do partido do deputado Joares Ponticelli para fazer uma visita a São José do Cerrito, para ele ver a verdadeira confusão que foi provocada pela paralisação daquela rodovia. E eu quero falar sobre a BR-282, porque daqui a pouco nós vamos ocupar esta tribuna só para falar mal e inventar coisas sobre todo mundo. Quem estava lá na reunião do PMDB éramos nós, peemedebistas. Eu não vi o deputado Joares Ponticelli lá. Eu não sei se alguém viu, mas nós estávamos lá e podemos relatar o que aconteceu. Foi uma grande festa, com a assunção novamente do nosso presidente e ex-governador Eduardo Pinho Moreira.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, deputado Elizeu Mattos, v.exa. que viveu um final de semana extraordinário no IV Quilômetro de Arrancada. Infelizmente, a chuva foi muito grande e não deu para realizar a corrida na hora certa, mas foi fantástica a organização. Queremos que leve ao presidente do evento os nossos cumprimentos pela organização e o reconhecimento do seu apoio, que foi muito importante.

Mas eu gostaria que v.exa. falasse sobre a compra dos uniformes feita pelo governador Luiz Henrique, que nenhum governo teve a coragem de fazer. Se vocês forem pesquisar, verão que os tênis comprados para as escolas de São Paulo foram bem mais caros do que os comprados para as escolas de Santa Catarina. Estou falando isso para que a sociedade catarinense saiba da transparência do governo Luiz Henrique da Silveira/Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputado Manoel Mota, foi a mesma compra, o mesmo edital, só a cor que foi diferente. Em Santa Catarina, os tênis custaram R\$ 14,00 e em São Paulo, o que está dando a maior polêmica, custaram R\$ 21,00. Por isso que é preferível esperar um pouquinho para fazer economia para o estado.

Então, era isto que nós esperaríamos do deputado Joares Ponticelli, ou seja, que ele trouxesse, hoje, o filme da *Band News*.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado Elizeu Mattos, eu pedi um aparte até para fazer uma complementação do que disse agora há pouco o deputado Manoel Mota. Eu, pessoalmente, a pedido do governador, enquanto secretário, cuidei da licitação da compra dos uniformes de Santa Catarina. Foi um pregão presencial no auditório da secretaria, onde os lances foram os mais variados, restando vencedoras algumas empresas por lote, e o estado obteve a compra total por cerca de R\$ 26 milhões, enquanto que a cotação inicial era cerca de R\$ 50 milhões.

Então, baixou-se muito em relação à cotação inicial e o estado de Santa Catarina teve um lucro extraordinário.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Entendo que temos que dar parabéns ao estado, pois ele está servindo de modelo para o Brasil, sendo citado em nível nacional pelo tipo de compra que foi feita.

Eu quero falar sobre a BR-282, mas não posso esquecer de falar também sobre o nosso Arrancadão Serrano de Caminhões. Tivemos, então, que cancelar esse evento que seria realizado no domingo, às 11h, por causa da chuva intensa. Mas como às 11h30min o tempo resolveu abrir, à tarde retomamos o Arrancadão. Havia mais de 40 caminhões lá, mas muitos já tinham ido embora, inclusive o deputado Manoel Mota, que estava com dez, doze caminhões na serra, foi embora pensando que o evento havia sido cancelado.

Esse Arrancadão, que contou com mais de 15 mil pessoas, foi um grande evento para a serra catarinense. E eu quero também, desta tribuna, cumprimentar o nosso pessoal do Arrancadão. E nós temos um desafio, deputado Manoel Mota, que é a parceria com as empresas da região, como a Scania e a Volvo, no sentido de futuramente termos um autódromo lá, para que possamos levar para a serra catarinense a Fórmula Truck.

Srs. deputados, com relação à BR-282, eu quero aqui elogiar o trabalho de rodada que está sendo feito nessa rodovia de Lages a Florianópolis. É fantástico!

Mas quanto ao trabalho de segurança da BR-282, está terrível, tanto a sinalização horizontal como a vertical! Fizeram um trevo - isso eu quero levar à bancada do PT, para que ela depois encaminhe ao superintendente do DNIT, no estado - lá na localidade dos índios, na saída de Lages, que não parece um trevo de segurança, parece mais uma armadilha.

Srs. deputados, quem autorizou que fosse feito aquele trevo não quer que Santa Catarina fique em segundo lugar, quer que ela esteja em primeiro lugar em acidentes de trânsito neste país. E quando a Polícia Rodoviária Federal foi lá reclamar, teve como resposta do responsável do DNIT, em Lages, que eu não sei se há chefe, que o serviço da polícia era fiscalizar, pois não tinha nada a ver com engenharia de trevo.

Em três meses, srs. deputados, mais de 60 pessoas já foram vitimadas nesse trevo na localidade dos índios. Mas outro trevo que foi feito na localidade de Bocaina do Sul ficou bom, está bem sinalizado, sendo arrumadas todas as taxinhas refletivas. A nossa grande surpresa é que a mesma figura que deu autorização para que fosse feito o trevo lá em Lages mandou retirar as taxinhas refletivas que indicavam perigo! Eu acho que essa pessoa, deputado Décio Góes, que está lá em Lages quer nos colocar em primeiro lugar no *ranking* em acidentes do país, pois ele está fazendo tudo ao contrário!

Eu faço aqui um alerta e não uma crítica, porque quando temos que elogiar, nós elogiamos, como é o caso das roçadas feitas nas rodovias, para que sejam revistas as obras de segurança nos trevos que estão sendo feitos na BR-282.

Em uma ocasião, deputada Ada De Luca, eu solicitei a essa mesma figura que está lá em Lages para que fosse feito o acesso da secretaria Regional na BR-282. Até hoje estamos solicitando esse acesso, que é perigoso, mas até hoje não foi autorizado ainda.

Pedimos, também, que fossem arrumadas as placas de sinalização dos hotéis fazenda, pois elas é que fazem a propaganda dos hotéis, mas não fomos atendidos.

Pelo amor de Deus! Temos que rever isso! Tem que haver boa vontade da bancada do PT. Sr. João José, tenha a boa vontade de verificar as pessoas que estão nas regiões respondendo pelo DNIT. Isso nos preocupa, deputado Jailson Lima, pois é uma questão de segurança pública. Vai morrer muita gente lá!

Por este motivo que eu digo que a descentralização é o caminho. Se houvesse descentralização, não iria sair um trevo tão ruim assim como saiu na localidade dos índios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Eu gostaria de cumprimentar o presidente que dirige esta Casa, os demais deputados, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Digital e dizer que, como parlamentar do Partido dos Trabalhadores, nós vivemos um momento, neste Parlamento e neste país, de reflexão diária.

Nós temos feito debates diários aqui sobre a conjuntura em que vivemos. E eu gostaria de fazer uma correção dirigindo-me ao querido companheiro e deputado Manoel Mota, ao qual, na semana passada, fiz uma intervenção para falar a respeito das habitações. E em nenhum momento defendi que não fosse construída no estado de Santa Catarina uma habitação com tamanho inferior a 40m².

Eu tenho um apreço e um carinho muito grande pela Darci, que hoje coordena a Cohab, e foi nossa parceira quando fui prefeito. Em nenhum momento afirmei ou falei que a Cohab tem a prática de fazer casas de 26 m², 22m² ou 32m². Sei do empenho da Maria Darci frente à construção das casas, sei das dificuldades que tem, muitas vezes em decorrência da falta de recursos. Ela pegou uma estrutura, de certa maneira, com dificuldades, e eu diria que com muita garra

ela gerencia a Cohab. Quero reafirmar que em nenhum momento disse, nesta Casa, que a Cohab presta um mau trabalho. Sei dos esforços feitos pela Maria Darcy, e corroboro as suas dificuldades nesse aspecto.

Mas, a minha intervenção neste momento, refere-se a notícia veiculada no jornal *ANotícia* de hoje com o título: "Santa Catarina libera videoloteria por meio de decreto."

Faço essa intervenção em nome do ex-prefeito de Taió, sr. Horst Purnhagen, que foi uma das figuras que muito combateu a questão dos chamados caça-níqueis. Em campanha anterior a esta, dentro do meu carro, junto com o deputado João Matos e com o ex-prefeito Horst Purnhagen, pedimos ao governador Luiz Henrique da Silveira que desse um basta na questão dos caça-níqueis no estado de Santa Catarina, a exemplo do que fez o governador do Paraná, Roberto Requião.

A respeito do decreto assinado pelo governador do estado, esta matéria diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...]A DECISÃO

- Atribui as competências da Codesc, empresa de economia mista criada por lei estadual e que exerce funções delegadas pelo poder público estadual.

- Regulamenta as modalidades lotéricas, loteria de números, loteria instantânea e loteria estadual em SC, com o objetivo de buscar recursos para a política estadual de inclusão social. [...]" [sic]

Políticas de inclusão social, reafirmo esse item. Ainda diz:

(Continua lendo.)

"- Aprova as resoluções da Codesc nº 1061/07 e nº 1062/07, que dispõem sobre a loteria instantânea eletrônica e a regulamentação do laudo para sua operacionalização.

- A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Codesc) considera loteria instantânea eletrônica aquela realizada através do sistema on-line e off-line em unidades eletrônicas individuais e que o início de sua operação seja mediante a inserção de créditos através de fichas, moedas, cédulas ou cartões magnéticos." [sic] Ou seja, o chamado caça-níquel.

Eu não sei se os nobres deputados e a sociedade catarinense sabem que a Organização Mundial de Saúde denomina o cidadão viciado nos chamados caça-níqueis de bingolatra. Essa já é uma doença reconhecida pela OMS, e o que vemos hoje são as máquinas caça-níqueis nos pequenos bares, nos pequenos estabelecimentos sendo usadas diuturnamente, normalmente por cidadãos assalariados que deixam seu salário naquelas maquininhas.

No entanto, deputado Sérgio Grando, esta medida não permite a abertura de bingo. Não faço defesa do bingo, não, mas entendo que a abertura de uma estrutura de bingo permite um controle maior do que um caça-níquel, distribuído em milhares e milhares de estabelecimentos, levando a procedimentos inadequados e a problemas de saúde, assim como ao álcool e aos demais tipos de jogos.

Então, faço este meu pronunciamento dizendo que à medida que se permite esse tipo de procedimento no estado catarinense, deveria-se prever, também através da Codesc, que parte desses recursos sejam direcionados para centros e instituições de saúde psiquiátrica para tratar pacientes viciados nesse jogo, a exemplo de cidadãos que são viciados em drogas, em álcool e em outros tipos de jogos e doenças que são compulsivas, do ponto de vista da constituição psiquiátrica.

O indivíduo que se firma numa maquininha dessas, quando cria a compulsão e a dependência, já não depende da sua vontade para ir até lá, todos os dias, e deixar o seu salário, como aconteceu com vários pacientes que atendi, e mães que me procuraram perguntando o que fazer, porque o filho tinha deixado todo o dinheiro numa máquina caça-níquel, e esse tipo de problema, normalmente está vinculado a outros.

Faço essa minha intervenção dizendo, sim, que se isso aqui é para ser aprovado de fato, que se estabeleça na Codesc que parte desses recursos sejam destinados para estabelecimentos de tratamento de saúde dos viciados nessas máquinas.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não! Permito o aparte ao deputado Manoel Mota, já que o citei e, na sequência, ouvirei o deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentíssimo deputado Jailson Lima, sei que v.exa. já foi prefeito e tenho um respeito muito grande pela sua atuação.

Gostaria de dizer que posso ter ouvido ou interpretado mal o seu pronunciamento. Entendi v.exa. falar em casas de 26m², 29m² e 30 m².

Hoje a Cohab está fazendo casas de 36 m² e agora foi aprovada a casa de madeira tratada de 46m², que é o mínimo que uma casa deve ter.

Se essas palavras não foram proferidas por v.exa. eu retiro tudo o que disse naquele dia, porque precisamos ter responsabilidade em nossas ações e se v.exa. não falou, retiro as minhas palavras sobre essa questão.

Gostaria de dizer que nós estamos aqui para construir e v.exa. está apresentando propostas inovadoras, inclusive fazendo algumas críticas, usando o seu conhecimento.

Quero cumprimentá-lo e dizer que se aquelas palavras não foram ditas daquela forma, retiro o que disse, retratando-me e restabelecendo aqui toda a verdade. Hoje as casas construídas em Santa Catarina são de 36m² e 46m².

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Manoel Mota. Ouço agora o deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Décio Góes - Gostaria de agradecer a oportunidade do aparte, deputado Jailson Lima, e parabenizá-lo pelo depoimento forte, emocionante, realista, porque arrecadar recursos com o vício, com a desculpa de que serão usados na educação, na sócio-educação é muito triste. Se fosse boa coisa não se faria por decreto, seria trazido a esta Casa Legislativa para que fosse normatizado e debatido publicamente com a sociedade catarinense.

Acho que o governo precisa repensar, e propostas dessa natureza devem vir a esta Casa para ser discutidas abertamente com a sociedade catarinense.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Agradeço as intervenções e quero dizer ao deputado Manoel Mota que no meu partido também existem problemas. Temos que reconhecê-los e corrigir as condições e a condução do processo. Essas autocriticas v.exas. sempre vão me ver fazendo aqui na tribuna sempre que for necessário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do eminente vereador Itanir Cesar Melo, da cidade de Biguaçu e do presidente da associação dos servidores do instituto de previdência. Um servidor dedicado que está tratando dos assuntos de interesse daquela categoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - A Presidência registra e agradece a visita dos prezados amigos nesta Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente deputado Dagomar Carneiro, é um prazer revê-lo, srs. deputados, servidores e servidoras desta Casa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, externo a minha satisfação de poder mais uma vez aqui estar.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Edson Piriquito, é uma alegria, é um prazer.

Eu não sei sobre que assunto v.exa. vai discutir, mas como hoje os debates, na grande maioria foram em torno da eleição do presidente do PMDB no dia de ontem, eu queria dizer que a pessoa do nosso presidente, Eduardo Pinho Moreira, tem o nosso respeito, o reconhecimento e o respeito da sociedade de Santa Catarina. O mesmo posso dizer do nosso governador, Luiz Henrique da Silveira.

Quanto às questões levantadas pelo ex-deputado e ex-ministro Dejandir Dalpasquale, eu tenho certeza de que no momento que forem comprovadas, o governador Luiz Henrique irá agir, pois tive a felicidade de ser seu secretário por três anos e meio e sei de que forma o governador trata a coisa pública.

Na coluna de um dos jornais de hoje diz que o deputado Moacir Sopelsa pediu que salvassem o PMDB. A minha interferência, srs. deputados, não foi, em momento algum, na linha do discurso do nosso companheiro Dejandir Dalpasquale. As minhas colocações foram feitas no sentido de que se ajude o governador a cumprir o compromisso que temos com a aliança e com os partidos políticos. Que se entreguem os cargos, e usei a expressão: entregamos os anéis e não entregamos os dedos, que se mantenha e fortaleça o partido nos municípios; que se faça o PMDB forte não só nos municípios pequenos, mas também nos municípios grandes, mantendo as nossas candidaturas.

Eu queria deixar isso registrado para que não se pense que nós, em algum momento, estamos na direção do pronunciamento de quem consideramos um grande companheiro. No entanto, queremos que seja, de todas as formas, apurado.

Muito obrigado pelo seu aparte. Devo uma oportunidade a v.exa. quando do meu uso da tribuna.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - A satisfação foi minha nobre colega deputado Moacir Sopelsa. Quero contribuir ainda com a sua explanação, sabedor da pessoa maravilhosa e formidável que v.exa. é, e também desejando-lhe sucesso, porque v.exa. apenas está iniciando a sua carreira política, tem muito pela frente e terá deste deputado aqui todo o apoio possível.

Só para reflexão, cito um provérbio judaico: "Nem todos se conformam com a sua aparência, mas todos se conformam com o seu cérebro." Então, quem está certo, quem está errado? Quem tem razão e quem não tem? Quem seria o dono da verdade? Tudo depende do ponto de vista, de como nós olhamos, onde estamos no momento em que vivemos.

Quantas vezes já pensamos ter razão sobre um assunto e num momento posterior vimos que estávamos errados? É natural a discussão interna partidária, eu entendo isso perfeitamente.

Tenho sofrido, de forma injusta, um combate interno partidário, também. Tenho sofrido e estou tentando, no foro competente, reverter tal situação. Quero dizer que ficar lavando roupa suja na imprensa, não é o melhor caminho, mas é possível e passível de entendimento de todos nós, que entre os iguais exista a diferença, os iguais não são igualmente iguais; os iguais são diferentes. Cada qual aqui tem um projeto; cada qual busca um objetivo; cada qual aqui tem uma opinião; cada qual aqui tem uma cabeça e uma sentença em cada cabeça.

Então, acho totalmente natural, deputado Dagomar Carneiro, que entre nós mesmos, que no nosso partido - pois democrático ele é -, existam entendimentos diversos, às vezes até confusos e por que não dizer difusos? E por que não enquadrá-los como coletivos? Mas são entendimentos e posicionamentos que têm que ser respeitados. E deste deputado existe o respeito, não pelo tempo de Casa que cada um possa ter e também não pelo que já fez, mas principalmente, por aquilo que faz, pelo jeito que se apresenta, porque num momento bom é fácil ser companheiro, ser amigo, o difícil é no momento ruim. Quando somos contemplados, fica fácil entender as dificuldades e os defeitos, mas, quando não se é contemplado, fica difícil.

Nós somos preparados, como seres humanos, talvez dentro da essência da formação de nossas personalidades, para sermos vencedores e só entendemos a vitória como certa e não entendemos a não participação ou a derrota, como sendo um processo natural.

Nós só compreendemos quando ganhamos, quando estamos bem, quando não estamos não compreendemos, nos entristecemos, nos embrutecemos e deixamos a raiva transparecer. Isso é natural do ser humano! Acontece comigo e com cada um de vocês que aqui está.

Dentro da democracia, dentro das fileiras, dentro das trincheiras de nosso partido, existe, sim, o direito de opinião a todos os companheiros. Nem todo companheiro que pertence às fileiras de nosso partido tem a obrigação de comungar com a opinião das maiorias. É certo, é válido, é justo, que cada companheiro - claro que respeitadamente -, possa externar o que sente, possa, dentro da sua ótica, dizer o que está passando. Se ela está correta ou não, o tempo haverá de julgar.

Agora, como disseram os deputados Manoel Mota e Moacir Sopelsa - eu comungo com as suas palavras -, e como os nossos colegas são sabedores, nós temos um partido sério, temos a união de pessoas competentes, determinadas, trabalhadoras, que estão trabalhando pelo engrandecimento do nosso estado Catarinense. Eu creio que isso é o mais importante.

Eu me refiro ao dia de ontem, segunda-feira, dia 19, quando tivemos o momento maravilhoso de termos como companheiro o sr. Adelcio Machado dos Santos, um filósofo, um intelectual, uma pessoa séria, de conduta ilibada, que serve como exemplo para qualquer partido. Ou me digam o partido que não queria ter em seus quadros, Adelcio Machado como um companheiro de fileira! E me digam o partido que não gostaria de ter em seu quadro, Eduardo Pinho Moreira.

Então eu creio que nós temos, sim, uma diversidade, uma pluralidade muito grande e que enobrecer, enriquece a discussão política e administrativa do nosso estado de Santa Catarina, especificamente do nosso PMDB.

Então, eu me reporto ao dia 19 como sendo um dia de vitória! Eu me reporto ao dia 19 como sendo um dia de vitória, porque até a opinião diversa foi respeitada e ouvida! Eu me reporto ao dia 19, como um dia de vitória, aonde uma pessoa que também terá futuro na política catarinense, Eduardo Pinho Moreira, retoma o comando do PMDB de Santa Catarina.

E como disse outrora e já disse diversas vezes, eu me orgulho de ser do PMDB e me orgulho de ter companheiros como os deputados Elizeu Mattos, Manoel Mota, Moacir Sopelsa, Herneus de Nadal, João Henrique Blasi, Ada De Luca e assim por diante, tantos companheiros e companheiras que lutam pelo engrandecimento do nosso PMDB.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentíssimo deputado, v.exa. sabe o carinho que temos pela sua pessoa e foi por isso, pelo carinho que tenho e pela sua atuação, que o convidei para ser vice-líder. Hoje v.exa. é o vice-líder da bancada do governo aqui nesta Casa.

Quero dizer o seguinte: tenho 38 anos de MDB e PMDB, não conheço outro partido, é um partido democrático, onde as idéias são discutidas dentro de casa, são idéias diferentes, pensamentos diferentes, mas no fim todas convergem para um mesmo caminho.

Quero aqui dizer que ontem houve uma linda convenção onde foi eleito, por aclamação, o nosso grande líder do partido, Eduardo Pinho Moreira. Quero endossar todas as considerações que v.exa. fez a respeito do sr. Adelcio Machado, que é um menino, um moço honrado, fiel, leal, amigo.

Então, evidentemente, que ontem, o que houve foi troca de idéias. E acabou saindo na imprensa esse mal entendido. Alguns deputados acabaram fazendo algumas críticas e nós tivemos que fazer outras considerações.

Quero cumprimentar e parabenizar v.exa. (Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o sr. deputado Décio Góes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital e público aqui presente, primeiro, quero dizer que a Situação, cada vez que se sente acuada, passa a criticar o governo federal, e aí todos se transformam em deputados federais e esquecem-se dos problemas locais.

Mas venho a esta tribuna para agradecer ao governador em exercício, Leonel Pavan, que fez, ontem, um repasse no valor de R\$ 240 mil ao Hospital São Donato, de Içara, referente ao convênio para a compra de equipamentos do pronto-socorro. Chamei atenção, no início do mês, para o fato de que nós tínhamos um pronto-socorro todo montado com R\$ 1,5 milhão de investimentos, valor esse que a comunidade praticamente conseguiu arrecadar através de festas, de eventos para fazer um pronto-socorro que a atendesse. E esse pronto-socorro, com o esforço da comunidade, está há um ano, desde abril do ano passado, esperando esse recurso que deveria ser liberado no meio do ano.

O importante é que agora foi depositado esse dinheiro e, portanto, vai poder ser feita a compra dos equipamentos e o hospital, parceiro, filantrópico, vai poder prestar o serviço que a comunidade tanto se esforçou para tê-lo.

Ontem, 19 de março, foi Dia de São José, padroeiro da minha terra natal, Criciúma. E a comunidade festeja a data com uma verdadeira quermesse ao lado da igreja matriz, numa festa em que as famílias se encontram, a convivência comunitária é exercida, são estreitados os laços e os valores da cultura e da solidariedade são cultivados.

Portanto, está acontecendo uma bela festa desde quinta-feira à noite, e quero parabenizar os festeiros e todos os que estão envolvidos na reforma e ampliação da Catedral Diocesana.

Também nesse dia 19, ontem, lembramos o segundo ano do falecimento do grande radialista João Sonego, que em abril de 2005, por solicitação do então deputado José Serafim, do meu partido, recebeu desta Casa uma homenagem através de uma sessão solene.

Já aos 15 anos, o inesquecível João Sonego começou a trabalhar na antiga Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá - CBCA -, hoje a empresa autogestionária Coopeminas, que na data de ontem anunciou que o seu próximo investimento terá o nome do João Sonego.

Com apenas 19 anos, João Sonego iniciou a sua carreira como radialista, comandou programas como *a Difusora 20 horas*, o *Linha Aberta*, o *Bom-Dia João* e o *Eldorado Debates*. Polêmico, ético, corajoso, mesmo durante a ditadura militar sempre lutou pela liberdade de expressar a sua opinião, um político de altíssima qualidade que nos orgulha sobremaneira.

Em 2004, tive a oportunidade de tê-lo ao meu lado, na prefeitura de Criciúma, quando desempenhou a função de ouvidor do governo popular. Aprendi muito com esse meu conselheiro e eu lhe serei eternamente grato. João fez história. João marcou as nossas vidas. João entrou para a história. É um dos criciumenses que nunca morrerá. Obrigado, João!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Gostaria de dizer ao eminente deputado Décio Góes que em nenhum momento ata-

quei o governo federal, e sim os partidos. Era apenas para resgatar isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia doze de dezembro do ano de dois mil e seis, sob a Presidência do Senhor Deputado Celestino Secco até às nove horas e cinco minutos e posteriormente do Deputado Jorginho Mello, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 28ª reunião ordinária, referente à 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura. Presentes os demais membros: Deputado João Henrique Blasi, Deputado Paulo Eccel, Deputado Antônio Ceron em substituição ao Deputado Gelson Merísio, Deputado Onofre Santo Agostini, Deputado Moacir Sopelsa e o Deputado Francisco de Assis. Aberto os trabalhos o Presidente cumprimentou os Senhores Deputados presentes. O Senhor Deputado Onofre Santo Agostini relatou a seguinte matéria: Projeto de Lei Complementar nº 0062.0/06, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Antônio Ceron relatou as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 0125.2/06, exarando parecer favorável na forma da emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria e o Projeto de Lei nº 0339.3/06, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Paulo Eccel. O Projeto de Lei nº 0291.4/06, foi devolvido sem manifestação, sendo aprovado por unanimidade o parecer favorável exarado pelo Deputado Afrânio Boppré. O Senhor Deputado Moacir Sopelsa relatou as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 0210.9/06, exarando parecer favorável, que postos em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0294.7/06, exarando parecer favorável à emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Jorginho Mello relatou as seguintes matérias: Projetos de Lei nºs 0342.9/06, 0276.5/06 e 0273.2/06, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0200.7/06, exarando parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado João Henrique Blasi relatou as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 0324.7/06, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Projeto de Lei nº 0340.7/06, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Projeto de Lei nº 0324.7/06, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; Projeto de Lei nº 0317.8/06, exarando parecer favorável à emenda, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar nº 0061.9/06, exarando parecer favorável ao projeto na forma do texto original, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O Senhor Deputado Francisco de Assis relatou a seguinte matéria: Projeto de Lei nº 0480.7/05, exarando parecer favorável na forma da emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado João Henrique Blasi. O Senhor Deputado Paulo Eccel, relatou as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 0343.0/06, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e os Projetos de Lei nºs 0329.1/06 e 0275.4/06, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O Senhor Deputado Celestino Secco relatou as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 0325.8/06, exarando parecer favorável nos termos da emenda substitutiva global, que postos em discussão e votação, foi aprovado por maioria; Medida Provisória 00131/06, apresentando requerimento pela realização de audiência pública, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado João Henrique Blasi e o Projeto de Resolução nº 0275.4/06, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos

Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Edgard Novuchy Pereira Usuy, Secretário Parlamentar, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 2006.

Deputado Jorginho Mello

Presidente

*** X X X ***

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte de março do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 4ª reunião ordinária, referente à 1ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Presentes os demais membros: Deputado João Henrique Blasi, Deputado Darci de Matos, Deputado Pedro Baldissera, Deputado Marcos Vieira, Deputado Joares Ponticelli, Deputado Cesar Souza Júnior, Deputado Pedro Uczai e o Deputado Narcizo Parisotto. Aberto os trabalhos foi lida e aprovada por unanimidade a Ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, relativa à 1ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. O Senhor Deputado Pedro Baldissera, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº. 0033.0/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Pedro Uczai, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº. 0044.2/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Marcos Vieira. O Senhor Deputado Narcizo Parisotto, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0049.7/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº. 0344.1/06, exarando parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº. 0005.9/07, exarando parecer pela realização de audiência pública, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Marcos Vieira, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei Complementar nº. 0004.0/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Joares Ponticelli; o Projeto de Lei Complementar nº. 0005.1/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Joares Ponticelli; o Projeto de Lei nº. 0048.6/07, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº. 0026.0/07, exarando parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado César Souza Júnior, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0035.1/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº. 0003.4/07, exarando parecer pela realização de audiência pública, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado João Henrique Blasi, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0030.7/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Joares Ponticelli e o Projeto de Lei nº. 0021.6/07, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Baldissera. O Senhor Deputado Joares Ponticelli, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0029.3/07, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº. 0004.5/07, exarando parecer pela realização de audiência pública, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº. 0024.9/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Baldissera. O Senhor Deputado Darci de Matos, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0002.3/07, exarando parecer pela realização de audiência pública, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº. 0020.5/07, exarando parecer

favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº. 0039.5/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº. 0009.5/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº. 0043.1/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado João Henrique Blasi; o Projeto de Lei nº. 0023.8/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado João Henrique Blasi; o Projeto de Lei Complementar nº. 0003.0/07, exarando parecer favorável com emenda, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Uczai e o Projeto de Lei Complementar nº. 0043.1/07, exarando parecer favorável com emenda, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado João Henrique Blasi. O Senhor Deputado Romildo Titon, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs. 0053.3/07, 0034.0/07, 0055.5/07 e o 0054.4/07, exarando pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº. 0038.4/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Baldissera e o Projeto de Lei nº. 0305.4/07, exarando parecer favorável com emenda, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Joares Ponticelli. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 20 de março de 2007.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO DA ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2007.

Às onze horas do dia vinte de março do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Genésio Goulart, reuniram-se os Deputados: Edson Piriquito, Kennedy Nunes, Serafim Venzon, Odete de Jesus e Gelson Merísio. Iniciando os trabalhos o Deputado Presidente Genésio Goulart, agradece a presença dos Deputados, e fez leitura da pauta da presente reunião. 1ª) Projeto de Lei nº. 0354/06, ementa: Institui Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica e Estabelece outras Providências. 2ª) Requerimento da Deputada Odete de Jesus, solicitando Audiência Pública, sobre a distribuição gratuita de preservativos, aos alunos nas escolas públicas. 3ª) Sobre a participação na Audiência Pública, referente a apresentação do Relatório Trimestral do SUS, a realizar-se dia 03 de abril do corrente ano, por está Comissão. 4ª) Outros assuntos pertinentes a Comissão. Dando continuidade à reunião o Senhor Presidente justificou a ausência do Deputado Jailson Lima da Silva, por se encontrar com problema no trânsito. O Deputado Presidente colocou em discussão o PL/0354/06, que institui gratificação médica, sendo seu Parecer Favorável ao Projeto de Lei. O Deputado Edson Piriquito, questiona da possibilidade de incluir no referido projeto os Fisioterapeutas, que recebeu documentação do grupo de profissionais que são de 32, prestam relevantes trabalhos, e que o impacto financeiro seria apenas R\$ 76.800,00, mensalmente, e que não justifica ficarem fora do presente Projeto de Lei, com a palavra a Deputada Odete de Jesus, que fez o seguinte relato, que solicitou vistas ao Projeto na comissão de Finanças, e fez seu voto favorável, pois que desde o ano passado os médicos, vem lutando por está gratificação, e que quanto aos fisioterapeutas, caberia novo projeto do Executivo, ou acordo com o Líder do Governo, pois se emendarmos cairia no vício de origem. O Deputado Gelson Merísio, também alertou da luta dos médicos para que o Governo envie-se a está Casa, tal projeto, e que está aguardando sua aprovação o mais rápido possível, e que seu voto é favorável, pedido aos Deputados presente licença, pois tinha outro compromisso. Deputado Kennedy Nunes com a palavra, senhores deputados, os médicos foram ao Governo, e acertaram este encaminhamento, qualquer outra negociação terá que vir do Governo, não podemos emendar por vício de origem. O Deputado Edson Piriquito, volta a discutir sobre o Projeto, e solicita a provação de um ofício da Comissão ao Governador, para que incluo no projeto os 32 fisioterapeutas, assim ficou deliberado tal encaminhado pela Comissão. O Deputado Serafim Venzon, pede vista ao presente Projeto de Lei, para ter melhor entendimento de seu texto, visto que o atendimento médico no Estado de Santa Catarina, executado por médicos "bóias frias", para buscar formas legais, que no intuito de melhorar o atendimento médico, especialmente as categorias menos favorecidas, se melhore o valor dos atos médicos pagos pelo SUS. O Senhor Presidente Deputado Genésio Goulart, em discussão aprova a vista ao PL/0354/06, ao Deputado Serafim Venzon, com cópia de vista ao Deputado Edson Piriquito. Ato

contínuo o Senhor Presidente cede a palavra a Deputada Odete de Jesus, que apresentou a Comissão Requerimento, solicitando Audiência Pública, para tratar da distribuição gratuita de preservativos, aos alunos nas escolas públicas, em discussão foi aprovado seu requerimento por unanimidade, ficando para realizar-se no dia 15 de maio do corrente ano. Seguindo a pauta o senhor presidente, comunicou e convidou os Deputados da Comissão a participarem da Audiência Pública sobre o Relatório Trimestral do SUS, a realizar dia 03/04/07, conforme convite a todos já enviado pela assessoria da Comissão. Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, a qual eu, José Agrício Gonçalves, chefe da Comissão, lavrei a presente ata, que aprovada por todos os membros será assinada pelo Presidente, e, posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Genésio Goulart

Presidente

*** X X X ***

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE A PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia vinte e sete do mês de março do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do senhor Deputado Dirceu Dresch, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala das Reuniões da Coordenadoria das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Registraram presença na reunião os senhores Deputados Amauri Soares, Vice-Presidente da Comissão, Edson Piriquito e Herneus de Nadal. Abertos os trabalhos o senhor Presidente colocou em discussão e votação o PL 00011.4/07, única matéria em pauta, cuja a Ementa versa sobre a revogação dos dispositivos das Leis nº 2.417, de 1960, o qual foi aprovado por unanimidade. A seguir, não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou o senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu, Paulo Roberto Silveira, Secretário da Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão.

Sala de Reuniões da Coordenadoria das Comissões, em 27 de março de 2007

Deputado Dirceu Dresch

Presidente da Comissão

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 011/07

**CIRCULO OPERÁRIO DE JOINVILLE
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/06
CNPJ Nº 84.697.333/0001-01**

ATIVO

Circulante	
Caixa e bancos	20.961,38
Permanente	
Imobilizado	
Móveis	200.000,00
Micro computadores	8.000,00
TOTAL DO ATIVO	228.961,38

PASSIVO

Patrimônio Líquido	
Realizado	208.000,00
Resultado do exercício	5.807,42
Resultado exercício anterior	15.153,96
TOTAL DO ATIVO	228.961,38

Joinville, 23 de fevereiro de 2007

Zélia Maria Rieper - Tesoureira

Julio Adelaido Serpa - Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 28/03/07

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 057/07

Denomina Padre HUBERTO WATERKEMPER o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Gama Rosa, no Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 1º Fica denominado Padre HUBERTO WATERKEMPER o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Gama Rosa, no Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de março de 2007.

Deputado **JOÃO HENRIQUE BLASI**

Lido no Expediente

Sessão de 28/03/07

JUSTIFICATIVA

A recente conclusão das obras do Ginásio de Esportes da Escola Gama Rosa, no Município de São Pedro de Alcântara, representa importante avanço à atividade esportiva local. Com isso, homenagear o Padre HUBERTO WATERKEMPER, atribuindo o seu nome a esse centro esportivo, é um singelo reconhecimento pelos relevantes serviços por ele prestados naquela região.

O Padre HUBERTO WATERKEMPER, destacado incentivador do esporte nas comunidades do Município de São Pedro de Alcântara, dispunha de amplo conhecimento sobre a importância dessa atividade, especialmente para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens. Assim, colaborou para ampliar a prática esportiva e é credor de reconhecimento por suas idéias e ações.

Além de prestar esses relevantes serviços, o Padre HUBERTO também trabalhou significativamente para a prevalência dos preceitos morais da doutrina Cristã, adquirindo o respeito e a admiração da comunidade, a qual deseja agora homenageá-lo, em ato de notório e sincero agradecimento pelos avanços sociais decorrentes de suas constantes participações comunitárias.

Justifica-se, assim, a presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 068/07

"Declara de Utilidade Pública Estadual o PORTAL DA SOLIDARIEDADE - PORSOL, com sede".

Art. 1º É declarado de Utilidade Pública o "PORTAL DA SOLIDARIEDADE - PORSOL", com sede e foro na Comarca de Criciúma - SC.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Clésio Salvaro

Lido no Expediente
Sessão de 28/03/07

JUSTIFICATIVA

Com fulcro no artigo 50 da Constituição do Estado, c/c art. 185, I, do Regimento Interno, apresentamos o presente Projeto de Lei que "Declara de Utilidade Pública Estadual o "PORTAL DA SOLIDARIEDADE - PORSOL", com sede e foro na Comarca de Criciúma - SC.

Nossa proposição está fundada nos relevantes serviços prestados pela Instituição à comunidade de Criciúma e do Sul Catarinense.

É filantrópica e seus objetivos, entre outros, consistem em promover ações ligadas à política de saúde pública relacionada à conscientização e prevenção à AIDS/HIV/DST/DROGAS, bem como as questões de Violência, visando o compromisso com a vida; Opor-se a qualquer tipo de violência e discriminação, que venham a lesar os princípios relativos aos direitos humanos da criança, adolescente, mulher, profissionais do sexo, caminhoneiros, portadores do vírus HIV, pacientes de AIDS e seus familiares, respectivamente; promover e participar de eventos e publicações que tenham finalidade de informar, esclarecer, conscientizar prevenir a população em geral sobre HIV/DST/AIDS/DROGAS/SEXUALIDADE/ VIOLÊNCIA, bem como, efetuar estudos e pesquisas específicas, com os respectivos quadros estatísticos; assessorar a sociedade civil e organizada que pretendam formar grupos e entidades de apoio; promover campanhas e outros eventos com finalidade de levantar fundos necessários à aplicação nos projetos e custeio a entidade, dentre outros.

Desta forma, por considerarmos justa e meritória a pretensão, solicitamos a sua apreciação e posterior aprovação por este Parlamento.

Sala das Sessões, 27 de março de 2007.

Deputado Clésio Salvaro

1º. Vice-Presidente

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 069/07

Dispõe que os estabelecimentos comerciais que compram materiais de metal usados para revenda ficam obrigados a manter cadastro com dados pessoais e endereço completo das pessoas físicas e jurídicas das quais foram efetuadas as compras e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º - Os estabelecimentos comerciais que compram materiais usados para revenda, como fios, arames, peças, tubos, tampões e outros do gênero, em aço, cobre, alumínio, zinco, ferro ou outro tipo de metal, ficam obrigados a manter em seu poder, devidamente atualizado, cadastro com os dados pessoais e o endereço completo das pessoas físicas ou jurídicas das quais foram efetuadas tais compras.

Art. 2º - Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior deverão apresentar o cadastro à fiscalização da Secretaria da Fazenda do Estado ou à autoridade policial ou jurídica, sempre que for solicitado.

Art. 3º - Os estabelecimentos comerciais a que se refere o art. 1º terão o prazo de 60 (sessenta) dias para se adaptarem ao disposto nesta lei, contados da data de sua publicação.

Parágrafo Único - O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator à penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal no 8.078 de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Estadual Narcizo Parisotto

Lido no Expediente
Sessão de 28/03/07

JUSTIFICATIVA

É assustadora a crescente onda de roubo de cabos de transmissão de energia elétrica e de empresas telefônicas, que vivem atualmente um drama na área de manufatura de rede. São fios e cabos de cobre e alumínio que são alvo de pequenas, mas bem organizadas quadrilhas que atuam no país. Esse material é revendido para donos de ferro-velho ou outro tipo de estabelecimento.

Com esta proposição pretendemos tornar obrigatório o uso de cadastro devidamente atualizado por parte dos estabelecimentos comerciais que compram e vendem esse tipo de produto, para que as autoridades policiais e o Fisco Estadual possam ter subsídios para controlar e investigar tal prática criminosa.

Não pretendemos inibir o comércio, mas, sim, encontrar meios para coibir tais ações criminosas, exercendo uma política preventiva para eventos desta natureza.

Enquanto as atenções das Polícias Militar e Civil estão voltadas para assaltos a banco, seqüestros, assaltos a caixas eletrônicos, roubos e furtos, entre outros, esta prática criminosa que trata o referido projeto de Lei, vem crescendo assustadoramente, principalmente nas regiões metropolitanas em todo o nosso país. São furtos que envolvem desde cabos de transmissão de energia elétrica a tampões de bueiros, placas de bronze em cemitérios e tantos outros objetos considerados como pequenos furtos, que começam a perturbar a ordem pública. Ocasionalmente não apenas prejuízos financeiros, mas graves problemas sociais.

Pelas razões expostas, conto com o parecer favorável dos nobres colegas à aprovação desta matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 070/07

Proíbe comercialização e o uso brometo de metila no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam proibidas, no Estado de Santa Catarina, a comercialização da substância de brometo de metila na agricultura, em qualquer fase da produção, do armazenamento, do depósito, ou do tratamento de produtos e matérias-primas agrícolas destinadas à industrialização.

Art. 2º Os produtos agrícolas provenientes de outros Estados da Federação, ou de outros países, tratados com brometo de metila deverão ser identificados por um selo e acompanhados de um certificado oficial, do qual constem os níveis de resíduos permanentes.

Parágrafo único - Os produtos industrializados, de consumo humano ou animal, cuja matéria-prima tenha sido tratada com brometo de metila deverão manter a identificação de trata o "caput".

Art. 3º - O Poder Executivo terá prazo de 60 (sessenta) dias para regulamentar esta lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Estadual Narcizo Parisotto

Lido no Expediente
Sessão de 28/03/07

JUSTIFICATIVA

Preliminarmente, cabe salientar que a Constituição Federal, no art. 24, VI e XII, prevê a competência da União e dos Estados para legislar sobre a proteção do meio ambiente e a defesa da saúde.

O brometo de metila é um gás venenoso e incolor, comercializado comprimido em latas de metal. Seu uso dá-se em ambientes fechados, como estufas agrícolas (esterilização de canteiros, sementeiras em lavouras de fumo, por exemplo), porões de navios, silos, armazéns e similares, para extermínio de pragas existentes nos produtos após a colheita. É utilizado, nesse caso, nos chamados procedimentos quarentenários para a eliminação de pragas dos produtos agrícolas importados e exportados, tais como maçã, pêra, morango e tomate.

Este produto tem um poder de destruição 40 vezes maior do que o cloro dos gases CFCs. Em 1992, as Nações Unidas estimaram que a substância era responsável na época, por 5% a 10% da destruição da camada de ozônio e que esse número subiria para 15% após o ano 2000.

Com a proibição do brometo de metila em Santa Catarina, estaremos firmando um compromisso do Estado com o meio ambiente. Além disso, estaremos fazendo valer um dos preceitos mais importantes da Agenda 21, estabelecida na ECO 92.

No momento em que os países desenvolvidos restringem o uso do brometo de metila, conforme a Convenção de Viena e o Protocolo de Montreal, nos cabe trabalhar contra a transferência do uso desse produto para os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, que importa de Israel e dos Estados Unidos à totalidade do brometo de metila que consome.

Em nosso país, já existe a proibição proposta em outros Estados da Federação, como no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 071/07

Dispõe sobre proibição de aplicação de multas de trânsito pelas guardas municipais no Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º - As Guardas Municipais com personalidade jurídica de empresas paraestatais ou da administração indireta no âmbito do Estado ficam proibidas de aplicar multas de trânsito através de seus guardas.

Parágrafo único - No trânsito urbano, compete aos Guardas Municipais dos municípios enquadrados no "caput" deste artigo controlar e orientar o tráfego, sinalizar e educar para preservação de acidentes.

Art. 2º - O trânsito urbano dos municípios que compõe o Estado fica subordinado a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, do Código de Trânsito Brasileiro, bem como as resoluções do CONTRAN.

Art. 3º - O Poder Executivo terá prazo de 60 (sessenta) dias para regulamentar esta lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Estadual Narcizo Parisotto

Lido no Expediente

Sessão de 28/03/07

JUSTIFICATIVA

Este projeto tem por finalidade evitar que muitos municípios usufruam desordenadamente desse recurso para formar uma "indústria" de multas, que se torna em muitos casos sua principal fonte de arrecadação. Objetiva, ainda, evitar a contratação de empresas de administração indireta e outras com personalidades jurídicas de paraestatais que desrespeitam por completo, todas as normas do Código Nacional de Trânsito, bem como as resoluções do CONTRAN.

Medida semelhante foi à deliberação nº 01/2005 do Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN) de São Paulo (SP) de 24/06/2005, por meio da qual aquele órgão consultivo estadual firmou entendimento no sentido de que "a Guarda Municipal não tem competência para atuar na fiscalização de trânsito e nem, como decorrência, admissibilidade com vistas a aplicar multas de trânsito sob pena de nulidade das mesmas e, igualmente, não possui legitimidade para firmar convênio com o respectivo órgão de trânsito para tal fim, por força de norma constitucional". O argumento é baseado no artigo 144, parágrafo 8º, da Constituição Federal pelo qual as guardas podem ser criadas pelas Prefeituras para a "proteção de seus bens, serviços e instalações" - sem citar a função de fiscal de trânsito.

O texto inicial da deliberação do órgão paulista, cita também um parecer de 2004 do Denatran (Departamento Nacional de Trânsito). Por esse entendimento, os guardas municipais estão previstos na lei para a proteção do patrimônio e não podem acumular ao mesmo tempo a função de agente de trânsito.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 072/07

"Dispõe sobre a comercialização de bebidas alcoólicas nas Rodovias do Estado de Santa Catarina e da outras providências."

Art. 1º. Fica vedado servir bebidas alcoólicas em estabelecimentos comerciais afins situados em terrenos contíguos às faixas de domínio do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e com acesso direto às rodovias do estado de Santa Catarina, inclusive, os estabelecimentos que servem bebidas em balcões e mesas.

§ 1º - Excetua-se os estabelecimentos supermercadistas situados em rodovias no perímetro urbano.

Art. 2º. Os estabelecimentos referidos no artigo 1º deverão, obrigatoriamente, afixar, em local de ampla visibilidade, avisos indicativos da proibição objeto desta lei.

Parágrafo único - Os avisos indicativos de que cuida o "caput" deste artigo serão afixados em número mínimo de 2 (dois), sendo um na porta de entrada e outro dentro do estabelecimento, e suas dimensões não poderão ser inferiores a 25 cm (vinte e cinco centímetros) por 35 cm (trinta e cinco centímetros).

Art. 3º. Para os efeitos desta lei, consideram-se infratores o adquirente da bebida e os estabelecimentos nela abrangidos, nos limites das responsabilidades que lhes são atribuídas.

Art. 4º. O descumprimento do estabelecimento acarretará ao infrator, a aplicação de penalidade de multa no valor de 1.000 (mil) UFIRs (unidade fiscal de referência), vigentes na data da autuação, aplicada em dobro nos casos de reincidência.

Parágrafo único - O estabelecimento comercial já reincidente ficará sujeito ao cancelamento da autorização para acesso às estradas estaduais.

Art. 5º. O cumprimento do disposto nesta lei compete a todos os órgãos incumbidos de fiscalização no Estado de Santa Catarina.

Art. 6º. O Poder executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, regulamentará a presente lei, editando normas complementares necessárias à execução e fiscalização das medidas previstas.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de março de 2007.

GELSON MERISIO

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 28/03/07

JUSTIFICATIVA

O projeto visa tornar as rodovias estaduais mais humanas, fato que por si só, vem justificar a presente iniciativa, pois desnecessário se faz realçar a relação dos acidentes com ingestão de bebidas alcoólicas, hoje nosso estado ocupa o segundo lugar em números de acidentes, apesar de possuir somente 3% do território nacional.

O momento é oportuno, considerando um desejo literal de todos os setores da sociedade, "ver vidas preservadas".

De um lado o comércio ao longo de nossas estradas se constitui em fatores indutores e causadores de embriaguez por servirem, indiscriminadamente e de forma explícita todos os tipos de bebidas, com os mais variados teores alcoólicos. De outro, os motoristas em grande parte fazem uso de bebidas alcoólicas de forma indisciplinada e indiscriminada, causando o seu próprio malefício, bem como o de terceiros, já que o risco de um motorista qualquer causar um acidente de trânsito aumenta em proporção geométrica ao número de doses de bebida alcoólica ingeridas no decorrer do dia.

Pelo acima exposto, torna-se imperioso estabelecer medidas limitadoras da venda de bebidas alcoólicas, a fim de desestimular o consumo das mesmas por parte dos motoristas que circulam pelas rodovias do Estado de Santa Catarina, visando diminuir as estatísticas funestas de nossas estradas.

Desta forma, esperamos ver a presente proposta acolhida e aprovada pelos Senhores Deputados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 073/07

Declara de Utilidade Pública a ATHOS PROMOÇÕES SOCIAIS com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a "Athos Promoções Sociais", com sede e foro na Cidade e Comarca de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em,

Deputado GELSON MERISIO

Líder da Bancada do PFL

Lido no Expediente

Sessão de 28/03/07

JUSTIFICATIVA

A Athos Promoções Sociais com sede à Rua São Paulo, 2711 no bairro Victor Konder, Blumenau-SC, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 05 de fevereiro de 2006, que tem como objetivo principal desenvolver trabalhos voltados ao social.

Importante salientar o trabalho que vem sendo realizado pela entidade na busca de melhorias e apoio às famílias menos favorecidas através da doação de cestas básicas, atividades esportivas para os jovens e o importante trabalho realizado em hospitais, levando fé, esperança e forças para suprir as necessidades físicas, emocional e espiritual.

Pelo acima exposto e considerando as atividades realizadas pela referida entidade, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, certo da aprovação da declaração de Utilidade Pública pelo presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 074/07

Declara de Utilidade Pública Estadual a COMPANHIA DA MULHER - CIAM".

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública a "COMPANHIA DA MULHER - CIAM" com sede em Cocal do Sul, Comarca de Urussanga - SC.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Clésio Salvaro

Lido no Expediente

Sessão de 28/03/07

JUSTIFICATIVA

Com fulcro no artigo 50 da Constituição do Estado, c/c art. 185, I, do Regimento Interno, apresentamos o presente Projeto de Lei que "Declara de Utilidade Pública Estadual a COMPANHIA DA MULHER - CIAM" com sede em Cocal do Sul, Comarca de Urussanga - SC.

A proposição está fundada nos relevantes serviços prestados pela Organização Não-Governamental à comunidade de Cocal do Sul e de toda Região.

É uma sociedade civil sem fins lucrativos e seus objetivos, entre outros, consistem em prevenção plena e integral a gestante e mulheres acima de 17 (dezessete) anos, promover ações ligadas à política de saúde pública relacionada à conscientização e prevenção à AIDS/HIV/DST/DROGAS, bem como as questões de Violência, visando o compromisso com a vida; Opor-se a qualquer tipo de violência e discriminação, que venham a lesar os princípios relativos aos direitos humanos da mulher e seus familiares; promover e participar de eventos e publicações que tenham finalidade de informar, esclarecer, conscientizar e prevenir a população em geral sobre HIV/DST/AIDS/drogas, sexualidade, climatério, HPV, HTLV, diabetes, hipertensão e violência, bem como, efetuar estudos e pesquisas específicas, com os respectivos quadros estatísticos; assessorar a sociedade civil e organizada que pretendam formar grupos e entidades de apoio; promover campanhas e outros eventos com finalidade de levantar fundos necessários à aplicação nos projetos e custeio a entidade, dentre outros.

Desta forma, por considerarmos justa e meritória a pretensão, solicitamos a sua apreciação e posterior aprovação por este Parlamento.

Sala das Sessões, 28 de março de 2007.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 075/07

Denomina "Haroldo Prust" o Ginásio de Esportes da EEB Rodolfo Zipperer, do município de Canoinhas.

Art. 1º Fica denominado "Haroldo Prust" o Ginásio de Esportes da EEB Rodolfo Zipperer, do município de Canoinhas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente
Sessão de 28/03/07

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que denomina "Haroldo Prust" o Ginásio de Esportes da EEB Rodolfo Zipperer", do município de Canoinhas.

A proposição busca homenagear o empresário que teve suas origens e de sua família intimamente ligadas ao bairro, estando a cerâmica Prust instalada ali há mais de 50 anos, tendo participação ativa na comunidade. Por tratar-se de um complexo esportivo, justifica-se mais ainda a homenagem considerando que o Sr. Haroldo Prust participou da equipe canoinhense que conquistou o Tri Campeonato nos Jogos Abertos de Santa Catarina na modalidade de tiro, feito inédito para o município.

Dessa forma, nada mais justo que prestarmos homenagem a esse honroso a este empresário, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município de Canoinhas.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0354/06**

Institui Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de março de 2007, a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica, devida aos servidores ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, na competência de Médico, lotados e em exercício nas unidades próprias de saúde sob gestão do Estado.

Art. 2º A Gratificação instituída por esta Lei será paga com base em critérios de medição de produtividade a serem fixados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, observadas:

I - a avaliação do desempenho institucional, que visa aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais, devendo ser considerados os projetos e atividades prioritárias e as condições especiais de trabalho, além de outras características específicas de cada unidade ou setor; e

II - a avaliação do desempenho individual, que visa aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições da competência, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

Parágrafo único. A avaliação de desempenho será realizada anualmente, e seus efeitos financeiros dar-se-ão no mês de janeiro do exercício subsequente.

Art. 3º A produtividade será aferida por pontos, considerando-se como limite mínimo 60 (sessenta) pontos e como limite máximo 100 (cem) pontos.

§ 1º A pontuação será atribuída em múltiplos de 10 (dez).

§ 2º É fixado em R\$ 40,00 (quarenta reais) o valor de cada ponto de produtividade.

§ 3º Durante o exercício de 2007 e até que seja expedida a regulamentação de que trata o art. 2º desta Lei, a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica será paga em valor correspondente ao limite mínimo fixado pelo *caput* deste artigo.

Art. 4º A Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica incorporar-se-á aos proventos de aposentadoria de acordo com:

I - a média aritmética dos valores, percebidos nos 5 (cinco) anos que antecederem ao pedido de passagem para a inatividade; ou
II - valor correspondente a 30 (trinta) pontos, quando percebida por período inferior.

Parágrafo único. Às aposentadorias existentes na data de publicação desta Lei, aplica-se o disposto no inciso II deste artigo.

Art. 5º A gratificação de que trata esta Lei será devida nos afastamentos por motivo de saúde própria, do cônjuge ou de pessoa da família com parentesco de primeiro grau, gestação, férias e licença-prêmio, considerando-se a média aritmética dos valores percebidos nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao afastamento.

Art. 6º Sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica não incidirá qualquer adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina e o terço constitucional de férias.

Art. 7º Fica revogada a Lei nº 4.643, de 21 de outubro de 1971.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2007.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de março de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 001/07

Declara de utilidade pública a Associação Indígena Kanhu - AIKA, da Terra Indígena Xaçecó, com sede no Município de Ipuacu.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Indígena Kanhu - AIKA, da Terra Indígena Xaçecó, com sede no Município de Ipuacu.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de março de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 011/07

Revoga dispositivos das Leis nº 2.417, de 1960, nº 2.974, de 1961, e nº 5.520, de 1979.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam revogadas as gratificações previstas no art. 7º da Lei nº 2.417, de 27 de julho de 1960, no art. 3º da Lei nº 2.974, de 19 de dezembro de 1961, e no art. 6º da Lei nº 5.520, de 28 de fevereiro de 1979, e demais disposições em contrário.

Parágrafo único. Fica garantida a percepção dos valores referentes às gratificações a que se refere o *caput* aos oficiais da Polícia Militar que exercem ou exerceram os cargos e que ainda não requereram transferência para reserva remunerada.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de março de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 014/07

Denomina Batalhão de Polícia Militar Major Raul Stahnke o 10º Batalhão de Polícia Militar localizado no Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Batalhão de Polícia Militar Major Raul Stahnke o 10º Batalhão de Polícia Militar localizado no Município de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de março de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***